

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

WILSON AMARO DA SILVA

**O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA ESCOLA
ESTADUAL FREI LEVINO EM MONTE BELO (MINAS GERAIS)**

JUIZ DE FORA
2018

WILSON AMARO DA SILVA

**O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA ESCOLA
ESTADUAL FREI LEVINO EM MONTE BELO (MINAS GERAIS)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Isabel da
Silva Azevedo Alvim

JUIZ DE FORA

2018

WILSON AMARO DA SILVA

**O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA ESCOLA
ESTADUAL FREI LEVINO EM MONTE BELO (MINAS GERAIS)**

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e avaliação da Educação Pública.

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim (Orientadora)

Membro da banca

Membro da banca

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me agraciado com o dom da vida e pela oportunidade de poder realizar o sonho de fazer este mestrado.

Ao meu pai, que mesmo distante, sempre se mostrou preocupado comigo.

À minha amiga e colega de mestrado Renata Renier, que sempre compartilhou comigo suas experiências profissionais, acadêmicas e de vida. Aos meus companheiros de trabalho da Escola Estadual Frei Levino, que sempre me incentivaram, em especial aos que atuam mais diretamente comigo, Laércio Moraes, Denise Benjamin, Marilda Alves, Maria Marlene Ferreira, Juscélia Martins e Cláudio Joaquim.

Aos meus grandes amigos: Fábio Júnior, Flávio Henrique, Júlio Rodrigues, Luiz Henrique, Vanderlúcio Marques, Marcelena Melo, Ariadne Rodrigues e Rosilene Silva que sempre estiveram ao meu lado e compreenderam os momentos em que não pude estar presente.

In memoriam das colegas Geny Souza, Vilma Assunção, Sumali, Cleuza Souza, Célia Regina e Claudelina Ávila.

À minha orientadora, professora Dr^a Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim, pelos importantes conhecimentos transmitidos.

À Assistente de Suporte Acadêmico Helena Rivelli de Oliveira pela paciência, compreensão e orientação em minha formação.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, pela oportunidade deste importante engrandecimento pessoal e profissional.

A toda equipe do CAEd e da UFJF, pelo brilhantismo e competência.

A toda equipe da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas, que sempre me apoiou e auxiliou, em especial ao inspetor escolar Gilberto Peres.

A todos que comungam comigo a esperança de que a educação seja capaz de mudar uma realidade e vivenciaram a realização deste sonho de me tornar um mestre!

Vida

Já perdoei erros quase imperdoáveis,
tentei substituir pessoas insubstituíveis
e esquecer pessoas inesquecíveis.

Já fiz coisas por impulso,
já me decepcionei com pessoas
que eu nunca pensei que iriam me decepcionar,
mas também já decepcionei alguém.

Já abracei pra proteger,
já dei risada quando não podia,
fiz amigos eternos,
e amigos que eu nunca mais vi.

Amei e fui amado,
mas também já fui rejeitado,
fui amado e não amei.

Já gritei e pulei de tanta felicidade,
já vivi de amor e fiz juras eternas,

e quebrei a cara muitas vezes!

Já chorei ouvindo música e vendo fotos,
já liguei só para escutar uma voz,
me apaixonei por um sorriso,
já pensei que fosse morrer de tanta saudade
e tive medo de perder alguém especial (e acabei perdendo).

Mas vivi!

E ainda vivo!

Não passo pela vida.

E você também não deveria passar!

Viva!!

Bom mesmo é ir à luta com determinação,
abraçar a vida com paixão,
perder com classe
e vencer com ousadia,
porque o mundo pertence a quem se atreve
e a vida é muito para ser insignificante.

Augusto Branco

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão apresentado discutiu os altos índices de abandono escolar no Ensino Médio noturno da Escola Estadual Frei Levino, localizada em Monte Belo, no interior do Estado de Minas Gerais. O objetivo geral definido para este estudo foram investigar as causas das taxas de abandono superiores às da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas e às de Minas Gerais no período de 2012 a 2016 e elaborar um Plano de Ação Educacional (PAE) que tenha como pressuposto propor estratégias para combater o problema, promovendo o acesso e a permanência dos jovens de 15 a 17 anos de idade na escola, com equidade e qualidade. Assumimos como hipóteses que há fatores internos e externos à escola que contribuem para o abandono. Para tanto, utilizou-se, como metodologia a pesquisa qualitativa e como instrumentos entrevistas semiestruturadas com alunos, coleta de informações da secretaria escolar e pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão. Os dados obtidos com esses instrumentos foram analisados a partir do referencial teórico trazido nos estudos de Gonçalves, Passos e Passos (2005), Sousa e Oliveira (2008), Braga (2009), Santos e Pouchain (2011) e Soares et al (2015), além de outros autores que abordam o abandono escolar no Ensino Médio. Por fim, apresentou-se o PAE como mecanismo para a prevenção e redução do abandono no Ensino Médio noturno no ambiente em que o estudo foi realizado, tendo como relevância a discussão de estratégias para a permanência dos jovens na escola.

Palavras-Chave: Ensino Médio. Abandono Escolar. Ensino Noturno.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The management case presented discussed the high school dropout rates at the Frei Levino State School, located in Monte Belo, in the interior of the state of Minas Gerais. The general objectives defined for this study were to investigate the causes that caused the school to show abandonment rates higher than the Regional Superintendence of Education of Poços de Caldas and those of Minas Gerais in the period from 2012 to 2016 and to elaborate an Educational Action Plan (PAE), which proposes to propose strategies to combat the problem, promoting the access and permanence of young people between 15 and 17 years of age in school, with equity and quality. We hypothesize that there are factors internal and external to the school that contribute to the abandonment. To do so, we will use as methodology the qualitative research and as instruments semi-structured interviews with students, teachers and pedagogical team, collection of information from the school secretariat and bibliographic research on the subject in question. The data obtained with these instruments were analyzed from the theoretical framework brought in the studies of Gonçalves, Passos e Passos (2005), Sousa e Oliveira (2008), Braga (2009), Santos e Pouchain (2011) and Soares et al (2015) which deal with dropping out of high school. Finally, the PAE was presented as a mechanism for the prevention and reduction of drop-out in the middle school where the study was carried out, having as a focus the discussion of strategies for the permanence of young people in school.

Keywords: High School. School Dropout. Night Teaching.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas de aprovação no Ensino Médio da EEFL, SRE Poços de Caldas e Minas Gerais (2012-2016).....	41
Gráfico 2 - Taxas de abandono no Ensino Médio regular da EEFL, SRE Poços de Caldas e Minas Gerais (2012-2016).....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio	22
Quadro 2 – Parâmetros para identificação do IDH.....	35
Quadro 3 - Percentual de aprovação na EEFL – 1º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016).....	42
Quadro 4 - Percentual de aprovação na EEFL – 2º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016).....	42
Quadro 5 - Percentual de aprovação na EEFL – 3º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016).....	43
Quadro 6 - Percentual de abandono na EEFL – 1º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016).....	45
Quadro 7 - Percentual de abandono na EEFL – 2º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016).....	45
Quadro 8 - Percentual de abandono na EEFL – 3º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016).....	46
Quadro 9 – Ações implementadas para diminuição do abandono escolar.....	51
Quadro 10 - Sistematização das informações dos sujeitos entrevistados.....	60
Quadro 11 - Monitoramento da frequência escolar	71
Quadro 12 - Atividades desportivas, científicas e culturais	72
Quadro 13 - Parcerias com empresas e comércio local.....	74
Quadro 14 - Parcerias com institutos federais de ciência e tecnologia e universidades	75
Quadro 15 - Restabelecer parcerias com o Conselho Tutelar, Assistência Social e saúde	76
Quadro 16 - Reestruturação das reuniões de pais e mestres	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola – Ensino Médio Regular - Taxa de atendimento em Minas Gerais (2011-2015).....	28
Tabela 2 - Porcentagem de matrículas no Ensino Médio público regular em Minas Gerais (2011-2015)	29
Tabela 3 – IDH de Monte Belo e municípios limítrofes.....	34
Tabela 4 - Situação funcional do quadro administrativo da EEFL (2017).....	36
Tabela 5 – Quantitativo e situação funcional dos professores do Ensino Médio da EEFL (2017)	37
Tabela 6 - Número de alunos por turno na EEFL (2017)	38
Tabela 7 - Quantitativo de alunos matriculados na EEFL entre os anos de 2012 e 2016, por nível de escolaridade	39
Tabela 8 - Matrículas para o Ensino Médio regular matutino e noturno da EEFL	39
Tabela 9 - Matrículas no Ensino Médio noturno regular e EJA da EEFL	40
Tabela 10 - Porcentagem de matrículas no Ensino Médio no município de Monte Belo/MG (2010-2015).....	40

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas de Avaliação da Educação
UFJF	Universidade de Juiz de Fora
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
EEFL	Escola Estadual Frei Levino
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EME	Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MP	Medida Provisória
PAE	Plano de Ação Educacional
PL	Projeto de Lei
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnae	Plano Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
Pnud	Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Proeb	Programa de Avaliação da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
Simade	Sistema Mineiro de Administração Escolar
Simave	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SRE	Superintendência Regional de Ensino
Unifeg	Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé

Unifenas	Universidade de Alfenas
Unifal	Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O ENSINO MÉDIO NO BRASIL E O DESAFIO DO ABANDONO ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL FREI LEVINO	18
1.1 O abandono escolar como desafio para o Ensino Médio	19
1.2 O Ensino Médio na Rede Estadual de Minas Gerais	27
1.3 A EEFL no município de Monte Belo/MG	34
1.3.1 O abandono escolar no Ensino Médio noturno da EEFL	40
2 ABANDONO ESCOLAR: DESAFIO AO ENSINO MÉDIO NOTURNO	47
2.1 Fatores associados ao abandono escolar no Ensino Médio noturno	47
2.2 Percurso metodológico e instrumentos da pesquisa	56
2.3 Apresentação e análise dos dados	60
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: REPENSAR A EDUCAÇÃO PARA COMBATER O ABANDONO ESCOLAR	69
3.1 Eixo: Gestão Pedagógica	70
3.1.1 Atividades desportivas, científicas e culturais	72
3.2 Eixo: Estabelecimento de Parcerias	72
3.2.1 Parcerias com empresas e comércio local	73
3.2.2 Parcerias com Institutos Federais de Ciência e Tecnologia e Universidades	74
3.2.3 Restabelecer parcerias com o Conselho Tutelar, Assistência Social e Saúde	75
3.2.4 Reestruturação das reuniões de pais e mestres	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
APÊNDICE A - Roteiro para entrevista com aluno que abandonou a escola	87
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	89

INTRODUÇÃO

A escola analisada neste caso de gestão oferta o Ensino Médio (EM) no Município de Monte Belo e, no período em questão, apresentou elevadas taxas de abandono escolar, o que tem sido objeto de preocupação da comunidade. Associado a esse abandono, também foi possível perceber o baixo rendimento escolar nas avaliações internas, em que há reprovação e aprovação com progressão parcial, ou seja, o aluno é aprovado, podendo levar até três disciplinas para serem cursadas no ano subsequente.

Nessa perspectiva, é de fundamental importância uma reflexão acerca dos processos pedagógicos utilizados tanto na instituição, quanto dos emanados de instâncias educacionais hierárquicas, como expressão das políticas educacionais da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Dessa forma, a Resolução da SEE/MG nº 2.842/2016 (MINAS GERAIS, 2016a), que dispõe sobre o Ensino Médio nas escolas da rede pública de Minas Gerais trouxe orientações sobre esse nível de ensino no turno noturno. Dentre essas orientações, podemos citar o horário de início e término das aulas, a carga horária diária e a proposta curricular.

Também é fundamental levar em consideração os fatores extraescolares, tais como trabalho, gravidez na adolescência, drogas, violência doméstica, entre outros, que fazem com que os alunos matriculados não deem continuidade aos estudos ou que tenham desempenho insatisfatório no decorrer do percurso escolar.

A partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (BRASIL, 2017a), é possível estabelecer um panorama comparativo do abandono escolar no Ensino Médio no período de 2012 a 2016, sendo que na Escola Estadual Frei Levino (EEFL), as taxas foram superiores às da Rede Estadual de Minas Gerais e da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Poços de Caldas/Minas Gerais (MG).

O problema em questão tem sido observado no cotidiano escolar desde meu ingresso como professor de História na Educação Básica na escola pesquisada, em 2003. Contudo, o interesse em tratar tal problema decorre de minhas atribuições na gestão, desde que atuei como vice-diretor de 2012 a 2015 e, atualmente como diretor desde 2016. Assim, tanto nas observações em sala de aula e no fluxo de alunos do cotidiano, foi perceptível que o número de estudantes ia diminuindo no

decorrer do ano letivo. Também, a cada conselho de classe bimestral, ficava nítido o abandono escolar, sem que os profissionais da educação que atuam na escola pudessem delinear motivos claros, sendo o desinteresse a principal causa apontada no senso comum.

A partir das experiências educacionais na EEFL, surgiu a necessidade de se compreender os mecanismos que fazem com que o abandono tenha sido algo corriqueiro, mesmo com intervenções da equipe gestora e demais profissionais da educação, como supervisores pedagógicos e professores.

A partir do que foi exposto, a presente pesquisa tem como questão norteadora: quais as causas dos elevados índices de abandono escolar no Ensino Médio noturno na Escola Estadual Frei Levino, no período de 2012 a 2016? Delimitou-se como objetivo geral compreender os principais fatores que levam ao abandono e que fazem com que o problema seja abordado como natural no ambiente escolar. Nessa perspectiva, inúmeras ideias emergem, desde um acirramento das normas escolares à sua flexibilização na perspectiva de contribuir com a permanência dos estudantes na escola. Também há de se considerar como as políticas educacionais da SEE/MG têm procurado tornar o Ensino Médio noturno mais atrativo, em consonância com as expectativas de seus estudantes, como organização do currículo e do tempo escolar.

Constituem objetivos do estudo:

- I. Descrever as especificidades do Ensino Médio noturno da escola, especialmente quanto aos dados de abandono e as iniciativas da gestão para combater o problema;
- II. Analisar os fatores que levam os alunos da Escola Estadual Frei Levino ao abandono escolar entre os anos de 2012 a 2016 e
- III. Propor ações que possam atuar no combate ao abandono escolar e, consequentemente, proporcionar a permanência e conclusão dos estudos no Ensino Médio noturno.

Numa perspectiva de se relacionar algumas das possíveis hipóteses do problema, pode-se elencar: ensino propedêutico e tradicional¹, que não traz uma relação entre a vida escolar e os anseios de muitos jovens; relacionamento

¹ Por Ensino Tradicional, Carvalho (2007, p. 36), destaca aquele em que “predomina o método expositivo e a memorização dos conteúdos programáticos”.

interpessoal entre profissionais da educação e estudantes, no qual a falta de empatia poderia fazer com que os jovens desistissem dos estudos; falta de perspectiva futura com os estudos, em que muitos não teriam condições financeiras para pleitear o curso superior em outras cidades da região; dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o currículo atual do Ensino Médio exige habilidades e competências em todas as áreas do conhecimento; conciliação do trabalho com a vida escolar, pois as longas jornadas laborais, muitas vezes, impedem a continuidade dos estudos, além da indiferença da família no acompanhamento dos estudantes, sendo que a falta de apoio e estímulo podem fazer com que atividades remuneradas sejam priorizadas em detrimento das escolares.

Assim, entre as inúmeras possibilidades de fatores que promovem o abandono escolar, é de fundamental importância buscar aqueles que são comuns para a maioria dos estudantes. Dessa forma, o que cabe à instituição de ensino é a reflexão acerca de sua realidade e o planejamento de ações pedagógicas e projetos sociais que tenham como pressuposto o combate ao abandono e a promoção de uma educação que atenda às demandas de seus estudantes.

A dissertação está organizada em três capítulos. No capítulo 1 há a apresentação do caso de gestão, descrevendo o contexto e o problema pesquisado. Esse primeiro capítulo é dividido em três seções, sendo que a seção 1 apresenta o abandono escolar como um desafio para o Ensino Médio brasileiro. Em seguida, a seção 2 apresenta algumas características desse nível de ensino no Estado de Minas Gerais e a seção 3 analisa a Escola Estadual Frei Levino, no Município de Monte Belo, principalmente no que tange à sua infraestrutura, taxas de matrícula e quadro funcional, com uma subseção voltada ao abandono escolar no Ensino Médio noturno no período de 2012 a 2016.

No capítulo 2 são apresentados elementos que proporcionam uma discussão maior para a compreensão do problema de gestão, com fundamentação teórica, levantamento e análise de dados, estando dividido em três seções. Na primeira, o abandono escolar no Ensino Médio noturno é abordado como um desafio, preocupando-se em compreender suas causas intra e extraescolares a partir de autores como Braga (2009), Gonçalves, Passos e Passos (2005), Santos e Pouchain (2011), Soares et al (2015) e Sousa e Oliveira (2008). A seção 2 traz o percurso metodológico e os instrumentos da pesquisa, orientada por meio de

entrevistas semiestruturadas realizadas com um grupo de 05 alunos que abandonaram o Ensino Médio no período de 2012 a 2016. A seção 3, por sua vez, faz uma apresentação e análise dos dados coletados ao longo da pesquisa, mostrando as semelhanças e diferenças dos motivos que fizeram com que os jovens abandonassem os estudos ao longo de sua trajetória.

Enfim, no capítulo 3 apresenta-se o Plano de Ação Educacional (PAE) como instrumento que possa contribuir para prevenir e diminuir os elevados índices de abandono do Ensino Médio noturno da EEFL. Neste PAE uma série de ações, compartilhadas com outras instituições, são delineadas seguindo o modelo 5W2H, tornando o planejamento mais claro e de melhor execução na perspectiva de se alcançar os objetivos propostos.

1 O ENSINO MÉDIO NO BRASIL E O DESAFIO DO ABANDONO ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL FREI LEVINO

Este capítulo preocupa-se em descrever o panorama do abandono escolar no Ensino Médio noturno, tomando como objeto de estudo as turmas de ensino regular da EEFL, no período entre 2012 e 2016, principalmente por meio de dados oriundos do Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade)² e do Censo Escolar.

Num primeiro momento, faz-se necessária a diferenciação entre os conceitos de evasão e abandono, sendo necessário ressaltar que, de acordo com Silva (2017, p. 20), “a primeira acontece quando o aluno se matricula em determinado ano e não se matricula no ano seguinte, independentemente de ter sido aprovado, ou não. No caso de abandono, o aluno deixa de frequentar no ano em que se matriculou”. Dessa forma, o presente estudo está focado naqueles alunos que interromperam sua trajetória escolar no decurso de um processo em construção de ensino e aprendizagem.

Segundo o Observatório da Criança e do Adolescente, “a taxa de abandono indica o percentual de alunos matriculados na etapa de ensino que deixam de frequentar a escola durante o período letivo” (OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, s/d, s/p). Contudo, Saraiva (2010), nos elucida que

a situação de abandono escolar é frequentemente associada e até mesmo confundida com a evasão escolar. Entretanto trata-se de situações educacionais diferentes, pois, no caso do abandono o aluno retorna à escola no ano seguinte, mas para ser considerada uma situação de evasão escolar é necessário que ele não volte a se matricular (SARAIVA, 2010, s/p).

A partir do conceito de abandono escolar, Soares et al (2015, p. 759), destacam que esse problema “[...] afeta até mesmo países com alto desenvolvimento econômico”, o que evidencia que esse quadro não é um fator exclusivo de países em desenvolvimento como o Brasil. Braga (2009, p. 08) nos sinaliza para uma hipótese desse abandono ao afirmar que ele “começa a ficar mais

² O Simade é uma ferramenta de gestão para as escolas, desenvolvido pelo Centro de Políticas Públicas de Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade de Juiz de Fora (UFJF) em parceria com a SEE/MG, e permite a coleta de dados educacionais de toda a rede mineira, subsidiando a formulação de políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação no Estado.

evidente à medida em que a idade aumenta. Antes de completar 18 anos, muitos jovens já se dividem entre o estudo e o trabalho”. Dessa forma, é possível perceber que o problema tem uma incidência muito maior no Ensino Médio, devido às características da faixa etária desse nível de ensino do que nos anos iniciais e finais e do Ensino Fundamental (EF).

Conforme dados do Inep, em 2016, enquanto os anos iniciais do Ensino Fundamental tiveram 1,1% de taxa de abandono escolar no Brasil, os anos finais e o Ensino Médio tiveram 3,5% e 7,5%, respectivamente (BRASIL, 2017a).

O propósito do capítulo 1 é apresentar as taxas de abandono no Ensino Médio noturno, considerando-as como um desafio dessa etapa da educação básica. Além do mais, são levantadas as hipóteses pelas quais os jovens deixam de frequentar as aulas, tendo como caso de gestão a EEFL, uma escola localizada no Município de Monte Belo/MG.

São apresentadas, na primeira seção, as principais características do Ensino Médio brasileiro a partir das legislações federais e estaduais vigentes, contextualizando o abandono escolar como um desafio que se apresenta a essa etapa da educação básica. Na segunda seção, o Estado de Minas Gerais é tido como foco na descrição do problema, em especial às políticas educacionais que visam a uma remodelagem do turno noturno, diante de suas especificidades em relação ao diurno. Posteriormente, com a terceira seção, a EEFL, no Município de Monte Belo/MG, é apresentada como um caso a ser descrito em consonância com o previsto no contexto educacional ao qual está inserida e sua subseção diz respeito ao abandono escolar no Ensino Médio noturno, que apresenta dados bem expressivos em comparação às turmas do turno matutino e em relação às taxas regionais e estaduais.

1.1 O abandono escolar como desafio para o Ensino Médio

No cenário educacional brasileiro contemporâneo, uma das premissas da gestão democrática é a garantia ao acesso e permanência dos estudantes, com direito a uma educação de qualidade, que possa fazer com que os cidadãos exerçam, efetivamente, seus direitos fundamentais. A Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) agregou pela primeira

vez o Ensino Médio como etapa conclusiva da educação básica, prevendo, em seu art. 4º

[...] o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante garantia de: I – educação obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) Ensino Fundamental; c) Ensino Médio (BRASIL, 1996a, s/p).

Esse direito à oferta educacional gratuita estende-se, inclusive para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Assim, o Ensino Médio passa a tomar importância cada vez maior no território brasileiro, garantindo oportunidades de estudo àqueles que já atingiram a maioridade. Nesse contexto, a própria Constituição Federal (CF) traz em seu art. 207, Inciso VI, “o direito à oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando” (BRASIL, 2018, s/p).

Nesse sentido, faz-se necessário recorrer a alguns mecanismos legais que garantem o direito a uma educação básica de qualidade, principalmente àqueles que são oriundos de classes sociais menos favorecidas economicamente, que têm na escola uma possibilidade de melhoria de vida e promoção do combate às desigualdades historicamente estabelecidas em nossa sociedade. Assim, segundo o Art. 205 da Constituição Federal de 1988,

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2018, s/p).

A LDB nº 9.394/1996 também garante o princípio de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Inciso I, art. 3º), com “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” (Inciso VI, art. 3º) (BRASIL, 1996a, s/p), sendo que, a partir da Emenda Constitucional nº 14/1996 (BRASIL, 1996b), expressa-se a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito, com avanços significativos no cotidiano escolar, como a aquisição de gêneros alimentícios através do Plano Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e de livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), voltados a esse nível de ensino.

Em 2014 foi sancionada a Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência para o decênio 2014-2024 (BRASIL, 2014). O PNE prevê como uma de suas diretrizes a “universalização do atendimento escolar”

(Inciso II, art. 2º) e, quanto ao Ensino Médio, estabelece, em sua Meta 3 “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final da vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento)” (BRASIL, 2014, p. 33). O panorama da Meta 3, entretanto, mostra que, em 2015, a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculada no Ensino Médio era de 62,7% (OBSERVATÓRIO PNE, 2018a), o que nos faz pensar sobre a efetividade prática do PNE no cotidiano escolar.

É possível compreender que num Estado democrático de direito, a garantia à educação constitui-se um de seus pilares básicos para a promoção da equidade e combate às desigualdades sociais, perpetuadas nos mais diferentes contextos culturais ao longo do tempo. No entanto, enquanto gestor escolar foi possível perceber que o abandono escolar é um entrave recorrente ano após ano. A cada bimestre letivo, quando da realização dos conselhos de classe, foi evidenciando-se que a escola ia perdendo seus estudantes, em especial aqueles que estavam matriculados no Ensino Médio regular. Nessa perspectiva, Krawczyk (2011) defende que os principais debates referentes a esse nível de ensino giram em torno de problemas como acesso e permanência, qualidade da educação oferecida e busca por sua identidade.

De acordo com o art. 35 da LDB nº 9.394/1996, o Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996a, s/p).

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) (BRASIL, 2012), estabelecem que esse nível de ensino baseia-se nos pressupostos previstos no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

I	Formação integral do estudante;
II	Trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;
III	Educação em direitos humanos como princípio nacional norteador;
IV	Sustentabilidade ambiental como meta universal;
V	Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino Aprendizagem;
VI	Integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;
VII	Reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;
VIII	Integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.

Fonte: Brasil, 2012. Quadro elaborado pelo autor.

Sobre as “Formas de Oferta e Organização”, as DCNEM (BRASIL, 2012), especificam que:

[...] no Ensino Médio regular noturno adequado às condições de trabalhadores, respeitados os mínimos de duração e de carga horária, o projeto político-pedagógico deve atender, com qualidade, a singularidade, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada (BRASIL, 2012, p. 5).

Também há de se considerar que duas estratégias da Meta 3 nos interessam no presente momento, pois preveem o atendimento noturno e o combate ao abandono no Ensino Médio, sendo elas:

3.9) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;
3.11) redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as); [...] (BRASIL, 2014, s/p).

Nascimento (2007) destaca que no período de 1994 a 1999 houve um aumento significativo no número de matrículas no Brasil, tanto no Ensino Médio da

rede pública estadual, quanto em cursos noturnos, na ordem de 57,3%. Esse considerável aumento é justificado pelo autor na medida em que “[...] muitos jovens que abandonavam os estudos antes do Ensino Médio têm permanecido na escola devido à escassez de empregos, e à requisição de mais escolaridade imposta pelas empresas para a contratação de novos trabalhadores” (NASCIMENTO, 2007, p. 85). Daí, mais uma vez considerar que os jovens veem na conclusão do Ensino Médio uma possibilidade de inserção e manutenção no mercado de trabalho, uma vez que a própria LDB nº 9393/1996 traz como princípio a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Inciso XI, art. 3º) (BRASIL, 1996a, s/p). Além de considerar que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996a, s/p).

Krawczyk (2011) reconhece que houve um aumento significativo de matrículas no Ensino Médio nos últimos anos, numa perspectiva de universalização, mas destaca que as escolas passam por uma crise de legitimidade, principalmente pela falta de motivações dos alunos para que continuem seus estudos. Da mesma forma, Soares et al (2015) apontam o desinteresse como um motivo que faz com que o abandono escolar seja uma constante no cenário educacional brasileiro.

De acordo com pesquisa realizada e divulgada pelo Instituto Unibanco (2016), o abandono “[...] não é um ato repentino, mas fruto de um processo lento de desengajamento do estudante da escola” (INSTITUTO UNIBANCO, 2016, s/p). Dessa forma, a equipe gestora, bem como os demais profissionais da educação, deve estar atenta aos indicativos que fazem com que os estudantes caminhem numa perspectiva de abandono.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, há 1,7 milhão, o equivalente a 16%, de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos fora da escola (INSTITUTO UNIBANCO, 2016). Ainda segundo dados da Pnad, em 2004, 7% dessa população ingressou no Ensino Médio, mas não o concluiu, ao passo que, em 2014, esse índice avançou para 13%, o que nos chama atenção, principalmente num contexto pós-redemocratização do país (INSTITUTO UNIBANCO, 2016).

Outro aspecto relevante, segundo a Pnad de 2014, é que dos jovens de 15 a 17 anos que abandonaram a escola antes de completar o Ensino Médio 35% eram

mulheres com filhos, 29% mulheres que trabalhavam ou procuravam emprego e 63% homens que trabalhavam ou procuravam emprego (INSTITUTO UNIBANCO, 2016). Daí algumas sinalizações de possíveis fatores que colaboram para o comprometimento da conclusão daquele nível de ensino. Segundo pesquisa realizada e divulgada pelo Observatório do PNE³ (2018b), “[...] aproximadamente 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos deveriam estar cursando o Ensino Médio” (OBSERVATÓRIO PNE, 2018b, s/p).

Em 2013, a Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do Ensino Médio brasileiro apresentou à Câmara Federal dos Deputados o Projeto de Lei (PL) nº 6.840/2013, com vistas à instituição da jornada em tempo integral, organização dos currículos em áreas de conhecimento e adequação financeira e orçamentária (BRASIL, 2013a). O PL foi fruto de seminários estaduais e nacionais e audiências públicas que debateram a necessidade de um novo modelo curricular, na perspectiva de um Ensino Médio mais atraente, que auxiliasse os estudantes no ingresso do mercado de trabalho e combate ao abandono.

Com a Medida Provisória (MP) nº 746/2016 (BRASIL, 2016), uma série de evidências foram levantadas, entre elas destaca-se que a função social do Ensino Médio não tinha sido cumprida nos últimos vinte anos, que os sistemas de ensino não conseguiam atender à determinação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a diversificação do currículo por conta do número de disciplinas obrigatórias, além de possuir uma estrutura extensa, superficial e fragmentada, que não dialoga com a juventude e o setor produtivo. Aliado a essas deficiências, o Brasil ainda conta com elevado número de jovens que estão fora da escola e os que estão matriculados apresentam baixos desempenhos educacionais.

Uma das propostas da MP nº 746/2016 previa, em seu art. 36, que o currículo do Ensino Médio fosse composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e

³ Lançado em 2013, o Observatório do PNE é uma plataforma de advocacy e monitoramento pelo PNE que tem como objetivo contribuir para que ele se mantenha vivo e cumpra seu papel como agenda norteadora das políticas educacionais no país. A iniciativa conta com um *site* <www.opne.org.br>, que traz indicadores de monitoramento das metas e estratégias do plano, além de análises, um extenso acervo de estudos, pesquisas, notícias relacionadas aos temas educacionais por ele contemplados e informações sobre políticas públicas educacionais. A ideia é que a ferramenta possa ser um instrumento de controle social - para que qualquer cidadão brasileiro possa acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas - e também apoiar gestores públicos, educadores e pesquisadores (OBSERVATÓRIO PNE, 2018c).

por itinerários formativos específicos, definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional:

- I – linguagens;
- II – matemática;
- III – ciências da natureza;
- IV – ciências humanas;
- V – formação técnica e profissional (BRASIL, 2016, s/p).

Assim, pensou-se que, um dos problemas que afetam o Ensino Médio brasileiro estaria na sua própria organização curricular, que não apresenta atrativos aos jovens que vivenciam uma realidade dentro da escola e outra, em seu cotidiano, daí a necessidade de readequação.

Em 16 de fevereiro de 2017 foi sancionada a Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017b), que entre algumas alterações na LDB nº 9.394/1996, institui a Política de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, que prevê que a carga horária mínima anual no Ensino Médio deverá ser ampliada, de forma progressiva, de oitocentas para mil e quatrocentas horas. Assim, há a preocupação curricular de “[...] considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017b, s/p).

Moll e Garcia (apud LEÃO, 2018, p. 02) nos remetem a um “cenário de urgências”, em que problemas sociais se traduzem em dramas pessoais para os jovens, que necessitam trabalhar, concluir a educação básica, garantir sua moradia, dar prosseguimento aos estudos, entre tantas outras demandas que os inserem na vida adulta. Leão (2018, p. 02) ainda destaca que vivenciamos a chamada “crise do Ensino Médio”, com financiamento insuficiente, desvalorização dos professores, sucateamento das escolas, falta de identidade, baixo rendimento escolar, entre outras questões que o tornam um problema que precisa ser trabalhado.

Com relação à SEE/MG, o Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais emitiu nota pública contra a reforma do Ensino Médio, demonstrando preocupação quanto às suas consequências. Dentre os argumentos contrários, o Fórum destacou que

[...] a reforma em curso ignora a ampla discussão sobre o Ensino Médio realizada nos diferentes segmentos da sociedade, nas redes

de ensino, nas universidades e entidades científicas que enfatizam a premência de transformações a serem realizadas nesse nível de ensino (FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2017, p. 1).

Assim, mesmo diante de uma diversidade de interesses em jogo, o que prevaleceu foi a posição do Governo Federal, em detrimento aos múltiplos anseios da sociedade brasileira. Como destacou Leão (2018, p. 02), “os atores envolvidos manifestam diferentes pontos de vista que partem de interesses e expectativas conflitantes em relação ao tema, dependendo do lugar de onde se fala”.

Em abril de 2018, a SEE/MG iniciou os estudos relativos à reforma do Ensino Médio, às proposições da BNCC e às alterações da LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996a), com a Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017b). Em reunião com todos os setores da SEE/MG, cada Superintendência do órgão central indicou um articulador para participar dos debates. Esse articulador vai acompanhar todo o processo de estudos e impactos, participando de reuniões com a equipe do Ensino Médio e cumprindo um cronograma de ações previamente definidas. Como ainda é um processo em desenvolvimento, estima-se que, na prática, de fato, as mudanças serão iniciadas no ano letivo de 2020.

No cotidiano escolar, a questão do Ensino Médio integral ainda é um assunto polêmico, sendo que por um lado pode emergir como uma possibilidade de ensino e aprendizagem mais completa e que atenda aos anseios preconizados pela atual LDB, como formação cidadã e mundo do trabalho. Mas, por outro, entra em conflito com a realidade da grande maioria dos jovens brasileiros, que precisa ingressar precocemente em atividades produtivas para auxiliar no sustento da família. Krawczyk (2009) defende que,

[...] quando os adolescentes que agora estão ingressando no Ensino Médio aprenderem os conteúdos curriculares relacionando-os criticamente com o mundo em que vivem, estaremos frente a um processo real de democratização do ensino, e não simplesmente de progressiva massificação (KRAWCZYK, 2009, p. 10).

1.2 O Ensino Médio na Rede Estadual de Minas Gerais

A SEE/MG, a partir do Decreto nº 45.849/2011, tem por finalidades:

[...] planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas à garantia e à promoção da educação, com a participação da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho, à redução das desigualdades regionais, à equalização de oportunidades e ao reconhecimento da diversidade cultural (MINAS GERAIS, 2011, s/p).

Assim, evidencia-se que a SEE/MG tem como norteadores de seu trabalho uma educação pautada nos valores da qualidade, equidade, diversidade, ética, eficiência, responsabilidade pública e gestão democrática, estando em consonância com o que preconiza tanto a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2018) quanto a LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996a).

Ainda, nesta perspectiva, emerge como missão da SEE/MG:

[...] desenvolver e coordenar políticas públicas de educação básica, inclusivas e de qualidade, garantindo plenas condições de funcionamento da rede pública, em especial da rede estadual, promovendo a formação integral dos estudantes, com vistas ao exercício da cidadania e à inserção no mundo do trabalho (MINAS GERAIS, 2018, s/p).

No que diz respeito à estrutura orgânica, a SEE/MG organiza-se, basicamente nos seguintes pilares, conforme art. 3º do Decreto nº 45.849/2011:

- I. Gabinete;
- II – Assessoria de Apoio Administrativo;
- III – Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação;
- IV – Assessoria de Relações Institucionais;
- V – Assessoria de Comunicação Social;
- VI – Auditoria Setorial;
- VII – Assessoria Jurídica;
- VIII – Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica;
- IX – Subsecretaria de Informações e Tecnologias Educacionais;
- X – Subsecretaria de Gestão de Recursos Humanos;
- XI – Subsecretaria de Administração do Sistema Educacional;
- XII – Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores;
- XIII – Superintendências Regionais de Ensino de Porte I, até o limite de sete unidades;

XIV – Superintendências Regionais de Ensino de Porte II, até o limite de quarenta e oito unidades; [...] (MINAS GERAIS, 2011, s/p).

A partir da caracterização dos aspectos básicos da SEE/MG, faz-se necessário identificar como o Ensino Médio é visto no Estado, em que a Resolução nº 2.197/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica, estabelece em seu art. 32 que:

O Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, possui duração de 3 (três) anos e tem por finalidade:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática;
- III - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posteriores;
- IV - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. (MINAS GERAIS, 2012, p. 5).

A partir de dados do Portal Observatório do PNE (2018d), pode-se perceber um crescimento das matrículas no EM da população de jovens de 15 a 17 anos, no período de 2011 a 2015, em Minas Gerais, conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola – Ensino Médio Regular - Taxa de atendimento em Minas Gerais (2011-2015)

Ano	Total	Porcentagem (%)
2011	780.969	78,9
2012	819.666	83
2013	850.702	83,2
2014	833.903	83,4
2015	843.869	84,9

Fonte: Observatório PNE, 2018d. Tabela elaborada pelo autor.

No entanto, ainda há de se considerar que o aumento da taxa de atendimento em Minas Gerais deve ser entendido em sua amplitude, principalmente no que diz respeito à permanência desses jovens na escola e conclusão do Ensino Médio, uma vez que o Portal Observatório do PNE (2018a), ainda destaca que nesse período, entre os anos de 2011 e 2015, a média de jovens com 19 anos de idade que concluíram essa etapa de escolaridade no Estado, varia entre 53,2 e 60,6%. Esses dados nos mostram um paradoxo, no qual há o aumento da oferta, mas que não é

acompanhado pela elevação das taxas de conclusão, principalmente numa população como a mineira.

Nessa perspectiva, na Estratégia 3.11 do PNE (2014-2024) “Oferta do Ensino Médio”, há a preocupação em se “redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos” (BRASIL, 2014, p. 54). Paralelo ao aumento das taxas de atendimento do Ensino Médio, percebe-se um decréscimo de matrículas no turno noturno e crescimento no diurno, sendo a redução da oferta uma hipótese, como demonstram os dados da Tabela 2

Tabela 2 - Porcentagem de matrículas no Ensino Médio público regular em Minas Gerais (2011-2015)

Ano	Matutino (%)		Vespertino (%)		Noturno (%)	
2011	468.339	60,4	45.589	5,9	260.864	33,7
2012	480.164	63,2	43.687	5,7	236.155	31,1
2013	479.790	65,2	41.211	5,6	214.443	29,2
2014	535.407	75,1	40.304	5,7	137.097	19,2
2015	549.619	77,9	48.916	6,9	107.30	15,2

Fonte: Observatório PNE, 2018d. Tabela elaborada pelo autor.

Nessa análise, pode-se considerar que a Resolução SEE/MG nº 2.442/2013 (MINAS GERAIS, 2013) teve forte impacto no atendimento às demandas do turno noturno, uma vez que, tinha caráter restritivo no que diz respeito à clientela que deveria ser atendida, o que será objeto de aprofundamento adiante.

Além do mais, há de se considerar que a distorção idade-série no Ensino Médio em Minas Gerais ainda continua sendo um grave problema, com taxas que variam em torno de 30%, conforme dados do Ministério da Educação (MEC) /Inep/DEED/CSI, disponível no Portal Observatório do PNE (2018e). Na perspectiva comparativa dos impactos que as políticas públicas trazem no cotidiano dos alunos, faz-se necessário compreender como as Resoluções SEE/MG nº 2.442/2013 (MINAS GERAIS, 2013) e nº 2.842/2016 (MINAS GERAIS, 2016a) concebem a gestão democrática nas instituições de ensino. No início da Resolução SEE/MG nº 2.442/2013 temos o seguinte texto:

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de definir procedimentos de controle permanente dos recursos humanos disponíveis para assegurar o atendimento da demanda existente, a expansão do ensino, o funcionamento regular da escola e tendo em vista a legislação vigente, RESOLVE: [...] (MINAS GERAIS, 2013, p. 1).

Ao passo que, com a Resolução SEE/MG nº 2.842/2016, a introdução do documento já passa a vigorar com a seguinte redação:

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, no uso de sua competência, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2010, na Resolução CNE/CEB nº 02, de 31 de janeiro de 2012, e na Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, e considerando:

- a discussão promovida com a comunidade escolar durante a Virada Educação;
- a discussão promovida com os estudantes e profissionais da educação durante as Rodas de Conversas realizadas nos Territórios de Desenvolvimento;
- as reflexões promovidas pelo Grupo de Trabalho constituído para analisar e discutir o Ensino Médio; e
- as sugestões advindas dos encontros de formação do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, RESOLVE: [...] (MINAS GERAIS, 2016a, p. 1).

Assim, evidencia-se que, a partir do ano de 2016, houve uma maior preocupação com os aspectos pedagógicos e anseios da comunidade escolar, neste sentido, foram referendados importantes documentos como a LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996a), Resoluções do Conselho Nacional de Educação e a própria Resolução SEE/MG nº 2.197/2012 (MINAS GERAIS, 2012), que tratam do funcionamento do ensino nas escolas estaduais de educação básica de Minas Gerais e dá outras providências. Além do mais, foram levantadas discussões com a comunidade no decorrer da Campanha Virada Educação de Minas Gerais⁴, das

⁴ Para recolocar a questão da educação no centro da agenda política e social em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Educação propõe um movimento de diálogo, aprofundamento e identificação de iniciativas exitosas e problemas a serem enfrentados para garantir educação de qualidade: a Virada Educação Minas Gerais, um movimento que pretende potencializar os saberes, as práticas e as competências educativas do território mineiro e promover uma educação de qualidade voltada para o presente e para o futuro (SECRETARIA..., 2015).

rodas de conversas nos Territórios de Desenvolvimento⁵, dos estudos de um Grupo de Trabalho voltado ao Ensino Médio e das sugestões oriundas da formação dos participantes do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio⁶.

Outro aspecto a ser considerado na Resolução SEE/MG nº 2.442/2013 é que ela trouxe consigo a ideia de “turno preferencial”, na qual a escola deveria definir e comunicar formalmente à SRE em qual turno (diurno, matutino ou vespertino) atenderia à sua demanda de alunos (MINAS GERAIS, 2013). A ideia era ocupar todas as salas de aula da escola num determinado turno e, se ainda houvesse demanda, que os alunos excedentes fossem matriculados no turno que estivesse como segunda opção. Nesse contexto, o Ensino Médio deveria ser ofertado no turno preferencial, como previsto na legislação:

Art.2º A escola deverá definir formalmente e comunicar à SRE o turno diurno (matutino ou vespertino) em que preferencialmente atenderá a demanda de alunos existente.

§ 1º A escola deverá priorizar a oferta de turmas no turno escolhido.

§ 2º No turno não preferencial, a escola deverá manter, na sequência dos anos, as turmas ofertadas em 2013.

§ 3º Novas turmas no turno não preferencial somente serão permitidas após esgotada a capacidade de atendimento da escola no turno preferencial.

Art. 3º A oferta do Ensino Médio em turnos diurnos deve ser opção preferencial da escola, observando-se ainda o disposto no artigo 2º desta Resolução (MINAS GERAIS, 2013, p. 1).

A partir do exposto já é de se considerar que o turno noturno ficou relegado a um plano secundário, sendo importante destacar que, “de qualquer modo, a escola, para todos os alunos, parece constituir, para além de um espaço de ensino, um espaço cultural e social. Na maioria das vezes, é o único e/ou principal espaço

⁵ Em 2015 o governo de Minas Gerais criou o conceito de Território de Desenvolvimento e dividiu o Estado em 17 regiões, separadas por suas diferentes características. Em cada um desses Territórios, foi instalado um Fórum Regional, com reuniões presenciais para o planejamento das ações de governo. Ao longo de seu primeiro ano de funcionamento, os Fóruns Regionais de Governo, reuniram diferentes representantes de movimentos sociais, empresários, sindicalistas, órgãos federais, prefeitos, vereadores e representantes do poder legislativo estadual e federal, assim como toda a população interessada no debate de políticas públicas (MINAS GERAIS, 2016b).

⁶ O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria nº 1.140/2013, representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito (BRASIL, 2013b).

público de acesso à informação e à cultura sistematizada” (SOUSA; OLIVEIRA, 2008, p. 57).

Com relação ao turno noturno, a Resolução SEE/MG nº 2.442/2013 propôs uma série de critérios para que a escola pudesse oferecê-lo e para que os alunos pudessem ser matriculados, o que trouxe uma grande diminuição do número de turmas e alunos naquele período, a saber:

Art. 3º [...]

§ 1º O turno noturno deve ser reservado para oferta de atendimento:

I- aos alunos comprovadamente trabalhadores com idade superior a 16 (dezesseis)anos;

II- aos alunos com idade igual ou superior a 14 (quatorze) anos, comprovadamente inscritos em Programas de Menor Aprendiz (Lei Federal nº 10.097/2000 e Emenda Constitucional nº 20/1998 à CF/1988);

III- aos alunos da Educação de Jovens e Adultos; e

IV- aos alunos matriculados em Programas de Educação Profissional ministrados nas escolas estaduais em concomitância com o Ensino Médio.

§ 2º As turmas atendidas no turno noturno em 2013 terão continuidade até a terminalidade, se de interesse dos alunos ou se não existir disponibilidade para atendimento, no turno diurno.

§ 3º Para oferecer novas turmas do Ensino Médio no turno noturno, a escola deverá, mediante justificativa fundamentada, obter autorização formal do Diretor da Superintendência Regional de Ensino (MINAS GERAIS, 2013, p. 1).

O que se percebeu no ano letivo de 2014, posterior à aprovação da Resolução SEE/MG nº 2.442/2013 foi uma nítida diminuição do número de turmas e alunos do turno noturno, com tendência até mesmo ao seu fechamento. Grande parte dos alunos trabalhadores da EEFL atuava no mercado informal, por isso não tinham condições de comprovar suas atividades remuneratórias, daí um estímulo ao abandono devido à impossibilidade de dar continuidade aos estudos no “turno preferencial”. Outro empecilho ao ensino noturno foi que, na Cidade de Monte Belo/MG, não havia Programas de Menor Aprendiz, nem Programas de Educação Profissional concomitante com o Ensino Médio, daí a falta de oportunidades aos jovens que tinham o objetivo de concluir a educação básica. Com relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), era necessário que os alunos tivessem idade mínima de 18 anos completos para poder efetuar a matrícula e um quantitativo mínimo de 40 alunos para formar uma turma, o que representava outro problema para garantir o direito ao acesso e permanência na escola (MINAS GERAIS, 2013).

O trabalho do gestor escolar ao efetuar matrículas e fazer enturmação deveria ser o de respeitar uma legislação da SEE/MG, por um lado e, por outro, justificar à comunidade os motivos pelos quais um jovem ficaria fora da sala de aula, mesmo diante da existência de vagas.

Como mencionado anteriormente, com o advento da Resolução SEE/MG nº 2.842/2016, diferentes setores da sociedade civil, inclusive os alunos, foram consultados para a organização e o funcionamento do Ensino Médio nas escolas da Rede Pública de Ensino de Minas Gerais, demonstrando um caráter mais aberto ao diálogo e à participação social. Dessa forma, uma série de medidas foi adotada visando ao retorno dos jovens à escola noturna, combate ao abandono e conclusão da educação básica, como pressuposto de prática da cidadania e promoção da equidade.

A Resolução SEE/MG nº 2.842/2016 não mencionou a existência de um turno preferencial na escola ou critérios para a matrícula no noturno, o que evidenciou que qualquer aluno que tivesse interesse poderia, ou matricular-se no turno em questão, ou fazer o remanejamento caso estivesse no diurno (MINAS GERAIS, 2016a).

Uma das especificidades do Ensino Médio regular noturno, com a Resolução SEE/MG nº 2.842/2016 está ligada à carga horária diária, com 4 (quatro) módulos-aula de 45 (quarenta e cinco) minutos cada, enquanto o turno diurno conta com 5 (cinco) módulos-aula de 50 (cinquenta) minutos cada (MINAS GERAIS, 2016a). Essa medida procurou fazer com que os alunos tivessem mais incentivo para frequentar a escola, tendo em vista que sua maior parte é composta por alunos-trabalhadores.

Como complemento da carga horária, há a chamada Atividade Interdisciplinar Aplicada e Monitorada, em que os professores deveriam desenvolver projetos para o cômputo de 200 (duzentas) horas-aula no currículo do aluno.

Outro aspecto da Resolução SEE/MG nº 2.842/2016 que se preocupou com o retorno dos alunos no turno noturno está relacionado ao horário de início e término das aulas, prevendo que:

[...] as aulas no Ensino Médio noturno terão início às 19 (dezenove) horas e deverão encerrar-se às 22 (vinte e duas) horas e 15 (quinze) minutos. As SREs e as escolas poderão alterar o horário de entrada e saída do turno noturno para melhor gerenciamento do transporte escolar e em função de situações de especificidades locais, resguardando o interesse e a presença dos alunos e após

justificativas fundamentadas e aprovadas pelo Diretor da SRE (MINAS GERAIS, 2016a, s/p).

Essa flexibilidade proporcionou às escolas um tempo escolar diferenciado, em consonância com as especificidades locais e demandas dos estudantes, em diálogo com a comunidade e poder municipal, responsável pelo transporte das áreas rurais.

1.3 A EEFL no município de Monte Belo/MG

Nesta seção são apresentados o Município e a Escola analisada no caso de gestão, principalmente por meio de dados oriundos do Simade, do Censo Escolar e do IBGE. Monte Belo é um Município que se localiza na região Sul do Estado de Minas Gerais, está a cerca de 400 quilômetros da capital Belo Horizonte, com uma população em torno de 13 mil habitantes, segundo estimativa do IBGE (2018a). As principais atividades econômicas são voltadas à produção de café, açúcar e álcool, além da criação de gado de corte e leiteiro, sendo destaque no município a agroindústria e pequenas fábricas agropecuárias (MONTE BELO, 2017).

O Índice de Desenvolvimento Humano⁷ (IDH) do município é de 0,688, conforme Censo Demográfico IBGE (2018b). A Tabela 3, a seguir, compara o IDH de Monte Belo com outros quatro municípios limítrofes, os quais apresentam características semelhantes quanto à economia, saúde e educação.

Tabela 3 – IDH de Monte Belo e municípios limítrofes

Município	IDH
Nova Resende/MG	0,671
Cabo Verde/MG	0,674
Monte Belo/MG	0,688
Areado/MG	0,727
Muzambinho/MG	0,740

Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

⁷ O IDH compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Pnud em seu relatório anual. Na divulgação feita em novembro de 2007, com dados referentes a 2005, o Brasil pela primeira vez alcançou o nível 0,80, passando a integrar o grupo de países com IDH elevado. Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo, e os com índices entre 0,50 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio (SOUZA, 2008).

Segundo o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) (PNUD, 2013), a medição do IDH segue o parâmetro apresentando no Quadro 2, a seguir, no qual o índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até um (total de desenvolvimento humano).

Quadro 2 – Parâmetros para identificação do IDH

Parâmetro	IDH
de 0 a 0,499	muito baixo
0,5 a 0,599	baixo
0,6 a 0,699	médio
de 0,7 a 0,799	alto
e de 0,8 a 1,0	muito alto

Fonte: Pnud, 2013. Quadro elaborado pelo autor.

Assim, pode-se inferir que não há grandes disparidades entre Monte Belo e seus municípios circunvizinhos levando em consideração o IDH, uma vez que a variação do índice não chega a enquadrá-lo num contexto de grandes disparidades, principalmente àquelas educacionais.

A Escola Estadual Frei Levino foi criada pela Lei nº 3.975/1965, localiza-se no território Sudoeste e pertence à SRE de Poços de Caldas⁸, sendo a única escola no Município que oferta o Ensino Médio regular e também na modalidade de EJA.

O artigo 70 do Decreto nº 45.849/2011 indica que

[...] as Superintendências Regionais de Ensino estão subordinadas ao titular da Secretaria Adjunta e têm por finalidade exercer, em nível regional, as ações de supervisão técnico-pedagógica, de orientação normativa, de cooperação, de articulação e de integração do Estado e Município, em consonância com as diretrizes e políticas educacionais (MINAS GERAIS, 2011, s/p).

Segundo dados disponíveis no Sistema de Monitoramento⁹ da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (MINAS GERAIS, s/d), a rede física das

⁸ A Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais compreende quarenta e sete superintendências regionais, sendo que a SRE Poços de Caldas coordena 17 municípios: Alterosa, Andradas, Areado, Bandeira do Sul, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Ibitiúra de Minas, Monte Belo, Muzambinho, Nova Resende, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas e Serrania.

⁹ O Sistema de Monitoramento da Aprendizagem disponibiliza na Internet informações sobre as escolas estaduais, possibilitando o acesso a dados básicos sobre o perfil da unidade escolar e o aprimoramento da gestão sobre os processos pedagógicos desenvolvidos pela escola. A principal

escolas leva em consideração a infraestrutura e a posse de equipamentos, sendo classificada em 4 categorias: elementar, básica, adequada e avançada. Assim, para a construção do indicador de rede física, 24 itens foram agrupados, sendo a categoria da EEFL tida como adequada, uma vez que possui os seguintes elementos: água, sanitário, energia elétrica, esgoto, cozinha, sala de diretoria, TV, DVD, computadores, impressoras, sala de professores, biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, copiadoras e acesso à *internet*.

Assim, de acordo com esses dados disponíveis no Simade (MINAS GERAIS, s/d), é possível inserir a EEFL nos 47% de escolas da Rede Pública Estadual de Minas Gerais classificadas com rede física adequada, ao passo que no Estado ainda há 47,5% de instituições em nível básico, 2,6% em nível avançado e 2,9% em nível elementar.

Quanto ao pessoal administrativo, a EEFL definiu o quantitativo em consonância com a Resolução SEE nº 3.205/2016 (MINAS GERAIS, 2016c) (Tabela 4). Vale ressaltar que a situação funcional dos servidores é muito importante na análise da escola, uma vez que, servidores efetivos criam vínculo com a comunidade escolar ano após ano.

Tabela 4 - Situação funcional do quadro administrativo da EEFL (2017)

Cargo	Efetivos	Designados	Total
Diretor	01	-	01
Vice-diretor	02	-	02
Supervisor pedagógico	01	01	02
Professor para o uso da biblioteca	01	02	03
Secretário	01	-	01
Auxiliar de secretaria	04	01	05
Auxiliar de serviços gerais	-	13	13

Fonte: Escola Estadual Frei Levino, 2017. Tabela elaborada pelo autor.

No que diz respeito ao quadro do magistério no Ensino Médio, a EEFL conta com a maioria de professores efetivos, dos quais, a distribuição por componentes curriculares desse nível de ensino apresenta-se na Tabela 5:

função do Sistema é apresentar, de forma consolidada, dados provenientes de sistemas de gestão e avaliação – como o Simade e o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) – reunindo informações administrativas e medidas educacionais, permitindo análise comparativa de um amplo conjunto de indicadores, por períodos prolongados (MINAS GERAIS, 2016).

Tabela 5 – Quantitativo e situação funcional dos professores do Ensino Médio da EEFL (2017)

Disciplina	Efetivo	Designado
Língua portuguesa	3	-
Matemática	2	1
História	1	2
Geografia	2	-
Física	1	-
Química	2	-
Biologia	1	-
Língua inglesa	1	1
Arte	-	1
Filosofia	1	-
Sociologia	1	-
Educação física	2	-

Fonte: Escola Estadual Frei Levino, 2017. Tabela elaborada pelo autor.

Assim, a maioria dos professores que atua na EEFL está em constante contato com a realidade de seus estudantes, podendo ser responsáveis pela continuidade ou descontinuidade de um trabalho pedagógico proposto no ano letivo anterior. Devido ao pequeno porte da escola, há componentes curriculares que possuem apenas um professor no Ensino Médio, o que deve ser foco de atenção por parte da gestão escolar, uma vez que, o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes estará a cargo de um único docente. Daí a importância de um acompanhamento mais próximo, assim como daqueles componentes que possuem dois professores para verificação se possuem a mesma linha de trabalho ou se divergem nessa questão.

De acordo com dados do Simade (MINAS GERAIS, s/d), 76,3% de seus alunos residem na zona urbana e 23,6% na zona rural, sendo que 33,1% utilizam transporte público, uma vez que muitos residem em bairros distantes da escola, no centro do Município. No que diz respeito ao sexo, 49% tem sexo feminino e 51% masculino.

Segundo dados do Programa de Avaliação da Educação Básica (Proeb) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais:

[...] o Índice Socioeconômico - ISE é uma importante ferramenta de controle, que nos ajuda a compreender e explicar os resultados obtidos pelas escolas nos testes de proficiência. O ISE reúne informações relacionadas à posse de bens, materiais e culturais, e à escolaridade dos pais dos alunos. Produzido a partir dos itens dos

questionários dos alunos, o ISE é divulgado por escola. Foram criadas quatro categorias do índice: baixa, médio-baixa, médio-alta e alta. Cada categoria representa uma combinação de itens (PROEB, 2015).

A EEFL enquadra-se na categoria de ISE Médio Alto, como 50% das escolas pertencentes à SRE Poços de Caldas/MG, que também apresenta 21% de suas escolas como Alto, 26% Médio Baixo e 2% Baixo, conforme Proeb (2015).

No ano de 2017, a escola atendeu em seus três turnos de funcionamento. No turno matutino foram nove turmas de Ensino Médio regular, do 1º ao 3º anos. No turno vespertino, foram oito turmas de anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º anos. No noturno foram três turmas de Ensino Médio regular, do 1º ao 3º ano, uma turma de 2º período da EJA e duas turmas de cursos técnicos subsequentes - de Técnico em Administração e de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, totalizando 23 turmas. O quantitativo de alunos da instituição em 2017 é apresentado na Tabela:

Tabela 6 - Número de alunos por turno na EEFL (2017)

Turno	Anos finais do Ensino Fundamental	Ensino médio regular	Ensino médio EJA	Cursos técnicos subsequentes	Total
Matutino	-	322	-	-	322
Vespertino	229	-	-	-	229
Noturno	-	69	37	80	186
Total geral	229	391	37	80	737

Fonte: Minas Gerais, s/d. Tabela elaborada pelo autor.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que a escola atende, em sua maioria, a alunos do Ensino Médio, com turmas no diurno e com média de 36 alunos por sala, abaixo do parâmetro da SEE/MG, que é de 40 alunos para esse nível de ensino, conforme Resolução SEE nº 3.205/2016 (MINAS GERAIS, 2016c). No que diz respeito às turmas de Ensino Médio regular no turno noturno, a média de alunos por sala é de 23 alunos, o que configura uma possibilidade de um trabalho mais próximo aos alunos, tanto em questões pedagógicas, quanto ao estabelecimento de um diálogo constante e direto com os alunos.

A Tabela 7, a seguir, mostra o quantitativo de alunos matriculados na EEFL entre os anos de 2012 e 2016, por nível de escolaridade, o qual pode-se perceber que o atendimento ao Ensino Médio é prioridade na instituição, uma vez que, o

Município de Monte Belo também possui outra escola estadual, que atende os anos finais do Ensino Fundamental.

Tabela 7 - Quantitativo de alunos matriculados na EEFL entre os anos de 2012 e 2016, por nível de escolaridade

Nível de ensino	2012	2013	2014	2015	2016
Ensino Fundamental/Anos Finais	271	233	222	248	236
Ensino Médio	510	416	422	376	390
EJA Médio	37	39	66	64	68
Magistério Subsequente	-	-	-	-	37
Total	818	688	710	688	731

Fonte: Minas Gerais, s/d. Tabela elaborada pelo autor.

Assim, é possível perceber que entre os anos de 2012 e 2016, houve diminuição do quantitativo de alunos matriculados no Ensino Médio, mas este nível de ensino ainda é predominante na escola.

No que diz respeito aos turnos, a Tabela 8, a seguir, evidencia o turno noturno como uma alternativa que apresenta pouca procura em relação ao matutino, além do fato de que a escola nunca ofertou Ensino Médio vespertino por inexistência de demanda. No entanto, no ano de 2016, com a publicação da Resolução SEE/MG nº 2.842/2016 (MINAS GERAIS, 2016a), foi possível que um maior número de jovens pudessem se matricular no turno noturno, uma vez que, não havia restrições para esse acesso. Mas o que será problema de investigação na presente pesquisa está relacionado aos fatores que fazem com que esses jovens não permaneçam na escola e acabam abandonando o ambiente escolar.

Tabela 8 - Matrículas para o Ensino Médio regular matutino e noturno da EEFL

Turno	2012	2013	2014	2015	2016
Manhã	395	334	396	361	357
Noite/Regular	115	82	26	15	33
Total	510	416	422	376	390

Fonte: Minas Gerais, s/d. Tabela elaborada pelo autor.

Também há de se ressaltar que, ao passo em que houve significativo decréscimo de matrículas no Ensino Médio regular noturno, a Educação de Jovens e Adultos teve um crescimento considerável no período entre 2012 e 2016, o que pressupõe uma migração de alunos de uma modalidade para outra, o que será

objeto de observação no decorrer da pesquisa. A Tabela 9, a seguir, ilustra esse quadro recorrente na Instituição.

Tabela 9 - Matrículas no Ensino Médio noturno regular e EJA da EEFL

Turno	2012	2013	2014	2015	2016
Noite/Regular	115	82	26	15	33
Noite/EJA	37	39	66	64	68
Total	152	121	92	79	101

Fonte: Minas Gerais, s/d. Tabela elaborada pelo autor.

1.3.1 O abandono escolar no Ensino Médio noturno da EEFL

O objetivo desta subseção é descrever como se deu o abandono escolar na EEFL no Ensino Médio noturno nos últimos anos, identificando os dados que evidenciam o problema do caso de gestão. Com relação às matrículas no Ensino Médio no Município de Monte Belo, segundo o Censo Demográfico IBGE (2018a), 86,9% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam a escola em 2010, mas o acesso ao Ensino Médio foi aumentando com o passar dos anos, como mostram os dados referentes à evolução de acesso à referida etapa de ensino que são identificados na Tabela 10:

Tabela 10 - Porcentagem de matrículas no Ensino Médio no município de Monte Belo/MG (2010-2015)

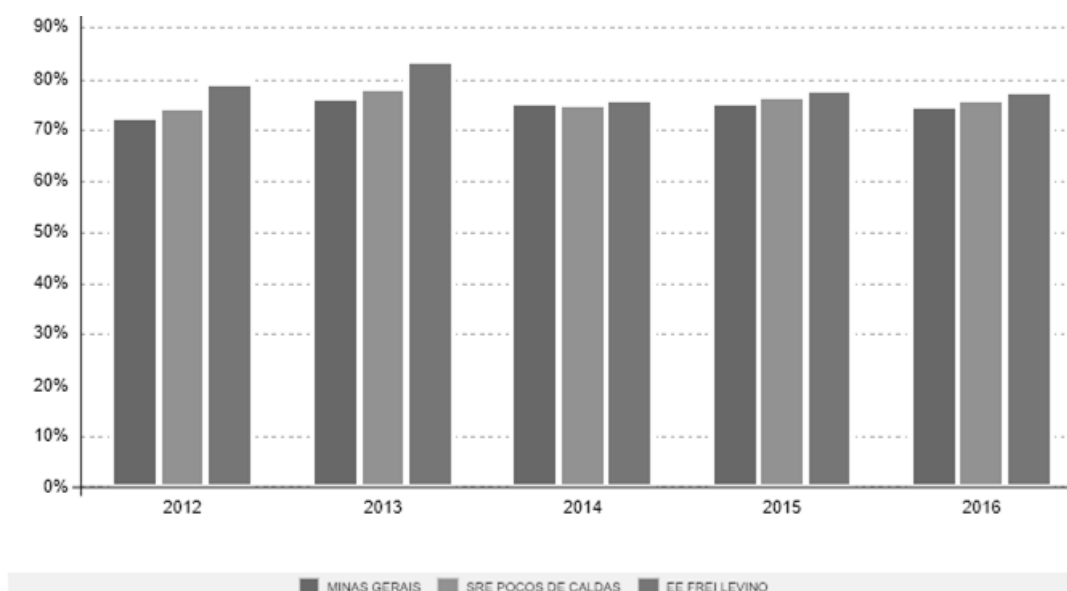
Ano	Matutino	Vespertino	Noturno
2010	76,3	0	23,7
2011	75,4	0	24,6
2012	71,4	0	28,6
2013	78,4	0	21,6
2014	90,0	0	10,0
2015	84,6	10,4	5,1

Fonte: Brasil, 2017a. Tabela elaborada pelo autor.

Nessa perspectiva, se os jovens não se enquadrassem nos critérios de atendimento no turno noturno previstos na referida Resolução, ou estudavam no diurno ou ficavam fora da escola, aguardando atingir maioridade para ingressarem na modalidade de EJA.

Na análise das taxas de abandono escolar no Ensino Médio da EEFL, é necessário que sejam feitas algumas comparações em relação à SRE Poços de Caldas e ao Estado de Minas Gerais no que diz respeito à aprovação e reprovação para que se tenha uma visão geral de como a escola situa-se em relação a outras instituições. Nessa comparação, o Gráfico 1, a seguir, nos mostra como a EEFL evoluiu no decorrer do período de 2012-2016:

Gráfico 1 - Taxas de aprovação no Ensino Médio da EEFL, SRE Poços de Caldas e Minas Gerais (2012-2016)



Fonte: Minas Gerais, s/d. Gráfico elaborado pelo autor.

Dessa forma, pode-se perceber que no período em questão, de 2012 a 2016, as taxas de aprovação no Ensino Médio da EEFL foram maiores que a média das escolas pertencentes à SRE Poços de Caldas e maiores em relação à média das escolas estaduais públicas do Estado de Minas Gerais. Assim, na média global, a EEFL apresentou índices de aprovação que variaram de 75,9% em 2014 a 83,6% em 2013. Se considerarmos as taxas de aprovação por turma e ano de escolaridade no Ensino Médio, é possível constatar que o turno noturno apresenta os menores índices de alunos aprovados, como apresenta o Quadro 3:

Quadro 3 - Percentual de aprovação na EEFL – 1º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016)

Ano letivo	Turno	Percentual de aprovação (%)
2012	Matutino	85,0
	Noturno	54,8
2013	Matutino	81,6
	Noturno	51,0
2014	Matutino	77,4
2015	Matutino	76,6
2016	Matutino	78,5
	Noturno	47,0

Fonte: Minas Gerais, s/d. Quadro elaborado pelo autor.

Assim, é possível perceber que pouco mais da metade, em média, dos alunos do 1º ano do Ensino Médio noturno foram aprovados e, quando esse ano de escolaridade foi ofertado apenas no turno matutino, houve turmas que apresentaram diminuição em suas taxas de aprovação. Sousa e Oliveira (2008, p. 54) destacam que, quando se trata do turno noturno, há de se considerar as “[...] especificidades e características do alunado e suas possíveis consequências na organização do trabalho escolar, bem como o enfrentamento do antigo dilema entre escola média profissionalizante ou educação geral/propedêutica”. Assim, há de se questionar se a escola está atendendo aos anseios de seus estudantes ou está indo na contramão dos reais objetivos e projetos de vida desses estudantes, o que reflete claramente nos resultados de aprendizagem.

Quanto às taxas de aprovação para o 2º ano do Ensino Médio regular, é possível constatar que o noturno também apresentou um número bem menor de alunos aprovados, em relação àqueles matriculados no matutino, conforme nos demonstra Quadro 4

Quadro 4 - Percentual de aprovação na EEFL – 2º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016)

Ano letivo	Turno	Percentual de aprovação (%)
2012	Matutino	83,7
	Noturno	72,7
2013	Matutino	87,6
	Noturno	72,7
2014	Matutino	88,9
	Noturno	21,8
2015	Matutino	81,2
	Noturno*	-

2016	Matutino	82,1
	Noturno	52,3

* Não foi ofertado o 2º ano do Ensino Médio regular noturno, por não haver continuidade de fluxo do ano letivo anterior, conforme Resolução nº 2.442/2013 (MINAS GERAIS, 2013)
Fonte: Minas Gerais, s/d. Quadro elaborado pelo autor.

Menores taxas de aprovação no 3º ano do Ensino Médio também são perceptíveis, mesmo os estudantes estando prestes à conclusão dessa etapa de escolaridade. Assim, somente no ano letivo de 2013 o 3º ano noturno obteve taxas de aprovação maiores que o turno diurno, mas em contrapartida, nos anos de 2014 e 2015, praticamente metade dos alunos foram aprovados, o que nos faz refletir sobre quais os fatores que emperram o bom desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. A partir do Quadro 5, a seguir, é possível perceber as discrepâncias quanto às taxas de aprovação no 3º ano do Ensino Médio entre diurno e noturno.

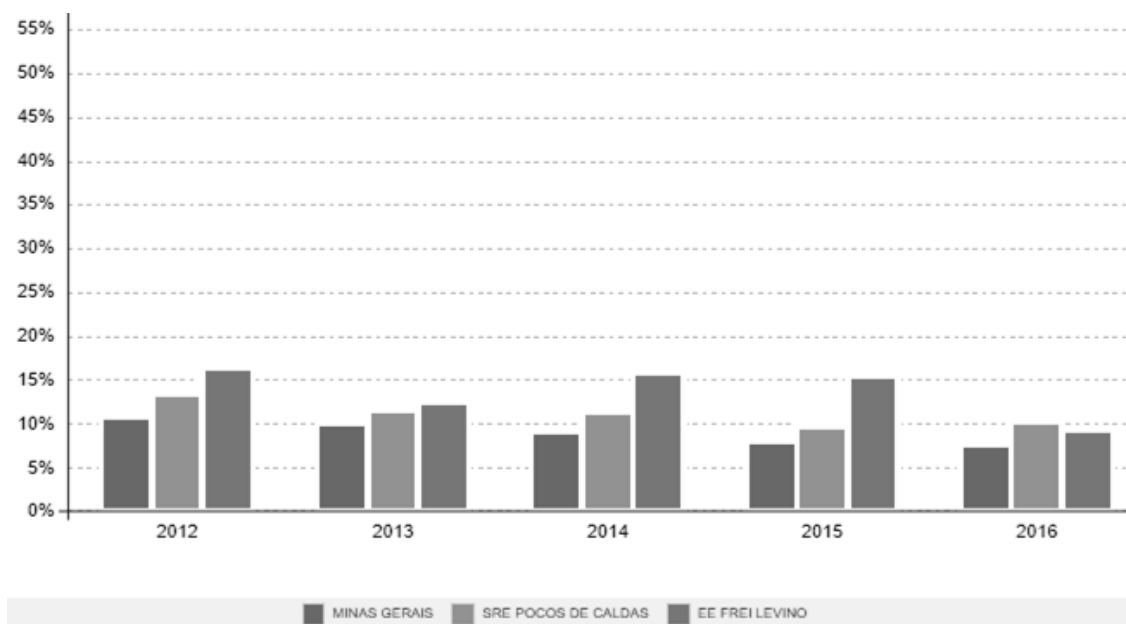
Quadro 5 - Percentual de aprovação na EEFL – 3º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016)

Ano letivo	Turno	Percentual de aprovação (%)
2012	Matutino	94,6
	Noturno	79,1
2013	Matutino	93,0
	Noturno	92,1
2014	Matutino	82,6
	Noturno	51,8
2015	Matutino	87,1
	Noturno	54,1
2016	Matutino	85,6
	Noturno*	-

* Não foi ofertado o 3º ano do Ensino Médio regular noturno, por não haver continuidade de fluxo do ano letivo anterior, conforme Resolução nº 2.442/2013 (MINAS GERAIS, 2013).
Fonte: Minas Gerais, s/d. Quadro elaborado pelo autor.

Se por um lado, a EEFL obteve as maiores taxas de aprovação no período entre 2012 e 2016, em comparação à SRE Poços de Caldas e Minas Gerais, por outro, constata-se que a escola em questão também se destacou nas taxas de abandono no Ensino Médio, como explicita o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Taxas de abandono no Ensino Médio regular da EEFL, SRE Poços de Caldas e Minas Gerais (2012-2016)



Fonte: Minas Gerais, s/d. Gráfico elaborado pelo autor.

A partir dessa constatação, há de se pensar quais os fatores que fazem com que a EEFL evidencie o paradoxo de ser destaque nas taxas de aprovação e também nas de abandono. Entre uma das hipóteses que podem justificar esse cenário, Sousa e Oliveira (2008) nos apontam que

[...] entre as diferenciações que se evidenciaram acerca da clientela do ensino noturno, a primeira delas é percebida entre os alunos que têm no estudo sua principal atividade/responsabilidade e aqueles que, antes de serem estudantes, são trabalhadores ou buscam, de imediato, ingressar no mercado de trabalho (SOUSA; OLIVEIRA, 2008, p. 55).

Nessa perspectiva, Soares et al (2015, p. 759) confirmam a ideia de que “no Brasil, diversas pesquisas apontaram que o abandono escolar no Ensino Médio é influenciado pela necessidade do jovem entrar no mercado de trabalho, seja colaborando para o orçamento familiar, seja para ter seu próprio dinheiro”. Dessa forma, pode-se considerar o exercício de atividades remuneradas um fator essencial para a compreensão do abandono escolar entre os jovens brasileiros. Quanto ao abandono no 1º ano do Ensino Médio da EEFL no período entre 2012 e 2016, as taxas no turno noturno variaram de 29% a 44%, conforme Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 - Percentual de abandono na EEFL – 1º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016)

Ano letivo	Turno	Percentual de aprovação (%)
2012	Matutino	5,3
	Noturno	41,9
2013	Matutino	10,5
	Noturno	43,9
2014	Matutino	11,8
	Noturno*	-
2015	Matutino	13,2
	Noturno*	-
2016	Matutino	7,6
	Noturno	29,4

* Não foi ofertado o 1º ano do Ensino Médio regular noturno em função dos requisitos para matrícula expressos na Resolução nº 2.442/2013 (MINAS GERAIS, 2013)

Fonte: Minas Gerais, s/d. Quadro elaborado pelo autor.

Com relação ao 2º ano do Ensino Médio noturno, conforme consta no Quadro 7, a seguir, também se percebem altas taxas de abandono em relação ao diurno, principalmente no ano de 2014, em que 71,88% dos alunos deixaram de frequentar.

Quadro 7 - Percentual de abandono na EEFL – 2º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016)

Ano letivo	Turno	Percentual de aprovação (%)
2012	Matutino	8,6
	Noturno	23,6
2013	Matutino	8,2
	Noturno	24,2
2014	Matutino	9,0
	Noturno	71,8
2015	Matutino	15,2
	Noturno*	-
2016	Matutino	6,2
	Noturno	23,8

* Não foi ofertado o 2º ano do Ensino Médio regular noturno, por não haver continuidade de fluxo do ano letivo anterior, conforme Resolução nº 2.442/2013 (MINAS GERAIS, 2013).

Fonte: Minas Gerais, s/d. Quadro elaborado pelo autor.

Em comparação aos 1^{os} e 2^{os} anos do Ensino Médio noturno, conforme o Quadro 8, a seguir, os estudantes dos 3^{os} foram aqueles que menos abandonaram a escola, mas mesmo diante desse cenário, suas taxas ainda são mais expressivas em relação às turmas do diurno, o que evidencia o caso de gestão que se preocupa em revelar quais os fatores que contribuem para esse abandono.

Quadro 8 - Percentual de abandono na EEFL – 3º ano do Ensino Médio por turnos (2012-2016)

Ano letivo	Turno	Percentual de aprovação (%)
2012	Matutino	5,3
	Noturno	14,5
2013	Matutino	4,6
	Noturno	7,8
2014	Matutino	9,9
	Noturno	25,9
2015	Matutino	10,1
	Noturno	33,3
2016	Matutino	5,9
	Noturno*	-

* Não foi ofertado o 3º ano do Ensino Médio regular noturno, por não haver continuidade de fluxo do ano letivo anterior, conforme Resolução nº 2.442/2013 (MINAS GERAIS, 2013).

Fonte: Minas Gerais, s/d. Quadro elaborado pelo autor.

Contudo, é necessário que as instituições escolares reflitam sobre seu papel social, bem como sobre os procedimentos didático-metodológicos adotados em seu cotidiano, além de refletirem como acontecem as relações interpessoais em seu interior, pois como destacam Sousa e Oliveira (2008), temos que considerar

[...] a existência do aluno e do trabalhador-estudante, do aluno que percorre a trajetória de escolarização sem interrupções e daquele que retorna à escola após períodos de abandono, sugere a necessidade de se contemplar a possibilidade de oferta diversificada de ensino, no sentido de se criarem ambientes escolares capazes de acolher os diferentes públicos que vêm demandando o Ensino Médio noturno e potencializar suas escolhas futuras (SOUSA; OLIVEIRA, 2008, p. 56).

Assim, a partir dos dados apresentados para o caso de gestão, torna-se fundamental sua análise a partir do referencial teórico, bem como da metodologia e instrumentos de pesquisa que serão abordados no capítulo 2 deste trabalho.

2 ABANDONO ESCOLAR: DESAFIO AO ENSINO MÉDIO NOTURNO

O capítulo 2 tem como objetivo a análise do caso de gestão apresentado no capítulo 1, investigando os possíveis motivos que fazem com que os jovens abandonem os estudos no Ensino Médio, em especial no turno noturno da EEFL no Município de Monte Belo/MG. Assim, é apresentada uma leitura teórica e aprofundada dos atuais problemas desse nível de ensino.

O capítulo é dividido em três seções. A primeira apresenta os referenciais teóricos utilizados na investigação e análise do caso de gestão, tendo com base autores e seus conceitos concernentes ao abandono escolar. Assim, utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica, foi possível identificar quais os principais fatores associados a esse abandono sob diferentes perspectivas, tais como a importância da gestão escolar; clima institucional e permanência dos estudantes na escola; processos pedagógicos adotados na instituição e fatores socioeconômicos que interferem no percurso educacional de muitos jovens.

Quanto à segunda seção, aborda-se a metodologia utilizada na investigação do problema, principalmente junto aos alunos. Assim, são apresentadas as opções metodológicas adotadas e o detalhamento da realização da pesquisa, com os atores pesquisados e instrumentos de coleta de dados.

A seção 3 preocupa-se com a apresentação e análise dos dados obtidos a partir da pesquisa de campo e dos referenciais teóricos adotados.

2.1 Fatores associados ao abandono escolar no Ensino Médio noturno

O objetivo desta seção é apresentar alguns dos principais fatores associados ao abandono escolar no Ensino Médio noturno, caracterizando-o como um problema recorrente em todo território nacional. Nesse contexto, são utilizadas referências teóricas que tratam das causas intra e extraescolares que contribuem para que números tão elevados de jovens não concluam essa etapa da educação básica.

Segundo dados divulgados da pesquisa Pnad realizada pelo IBGE (INSTITUTO UNIBANCO, 2011), a universalização do acesso ao Ensino Fundamental para a população entre 7 e 14 anos está praticamente consolidado, ao

passo que apenas 83,7% dos jovens entre 15 e 17 estão na escola e somente 51,8% destes estão no Ensino Médio.

Ainda com base nos dados do IBGE/Pnad, em 2011, 16,3% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos não frequentavam a escola, representando 1,7 milhão da população, além do fato de que 61% destes também não trabalhavam (INSTITUTO UNIBANCO, 2011).

De acordo com pesquisa realizada pela Agência Brasil (TOKARNIA, 2016), 1,3 milhão de jovens entre 15 e 17 anos abandonaram os estudos em 2015, mas o número de concluintes no Ensino Médio cresceu de 5% em 2004, para 19% em 2014. Dessa forma, é possível concluir que, por um lado, o abandono foi muito expressivo em 2015 e, por outro, a taxa de conclusão da educação básica na idade correta cresceu 14% num período de dez anos.

O referencial teórico aqui apresentado preocupa-se em estabelecer uma conexão com o caso de gestão tendo como pressuposto a caracterização do Ensino Médio noturno a partir de Sousa e Oliveira (2008), Gonçalves, Passos e Passos (2005) e Braga (2009). Num segundo momento, houve a necessidade de uma análise maior do objeto de estudo, ou seja, o abandono escolar nas perspectivas de Soares et al (2015) e de Santos e Pouchain (2011).

Sousa e Oliveira (2008) realizaram uma pesquisa nacional em oito estados brasileiros (Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo) a partir de cerca de dez mil entrevistas com professores, alunos e diretores de escolas que ofertam o Ensino Médio noturno. A partir da pesquisa, procurou-se estabelecer uma reflexão acerca da formulação e implantação de políticas educacionais que pudessem promover uma maior qualidade do ensino no turno noturno.

Num primeiro momento, Sousa e Oliveira (2008, p. 54) destacam a necessidade de uma reflexão acerca das “[...] especificidades e características do alunado e suas possíveis consequências para a organização do trabalho escolar”, levando-se em conta que os alunos do turno noturno devem ser considerados diante de suas histórias de vida e realidades múltiplas. Oliveira apud Sousa e Oliveira (2008, p. 57), traz à tona o conceito de “jovem trabalhador”, o qual “[...] carrega uma diversidade de características, decorrente da diversidade de experiências vivenciadas na trajetória escolar pelo aluno, isto é, do significado da escola para ele”. Gonçalves, Passos e Passos (2005), corroborando tal ideia, ressaltam a

necessidade de ver e reconhecer a realidade social para tentar compreender o seu sentido para os professores e alunos do noturno.

Ainda nessa perspectiva, Sousa e Oliveira (2008, p. 58), destacam que “[...] a maioria dos alunos do noturno é jovem [...]” e que “[...] esses jovens, por sua vez, expressam o desejo de não serem vistos como alunos trabalhadores cansados, mas gostariam de regras e exigências claras”. Em contrapartida a Sousa e Oliveira (2008), Gonçalves, Passos e Passos (2005, p. 348) mencionam que “de um modo geral, o cotidiano do ensino noturno apresenta uma característica singular, pois recebe um alunado esgotado, que na sua grande maioria, chega à escola após uma jornada de trabalho”.

Nessa perspectiva de compreensão do Ensino Médio noturno, Sousa e Oliveira (2008), apontam para os direitos de aprendizagem expressos na LDB nº 9.394/1996, na Constituição Federal de 1998 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em que “valoriza-se o aprender contínuo de linguagens e tecnologias como suporte para o prosseguimento nos estudos, para o exercício pleno da cidadania e para a inserção no mundo do trabalho” (SOUSA; OLIVEIRA, 2008, p. 64). Gonçalves, Passos e Passos (2005, p. 355) também destacam a importância do Ensino Médio como etapa final da educação básica, responsável pela “aquisição de conhecimentos, competências, habilidades e atitudes indispensáveis para o progresso no trabalho, para exercer a cidadania e para continuar os estudos em nível posterior”.

Por fim, Sousa e Oliveira (2008) expressam a necessidade de uma política educacional para o Ensino Médio noturno que tenha como pressuposto alguns elementos fundamentais para promoção da equidade e sucesso escolar: (i) expansão de atendimento, (ii) financiamento, (iii) vínculo docente com a escola, (iv) estrutura física, (v) acesso à internet, (vi) gestão escolar, (vii) avaliação institucional, (viii) vivência cultural entre professores e estudantes, (ix) atendimento diferenciado, (x) currículo e (xi) identidade do Ensino Médio (SOUSA; OLIVEIRA, 2008).

Gonçalves, Passos e Passos (2005, p. 358) também destacam a importância de políticas públicas educacionais que tenham como foco a correção de distorções e contradições no Ensino Médio e ressaltam que, “Muita coisa precisa mudar na educação, inclusive as políticas públicas”.

Assim, a partir de Sousa e Oliveira (2008) é possível identificar as especificidades dos alunos do Ensino Médio noturno, principalmente no que tange

aos direitos de aprendizagem expressos na legislação vigente. A partir daí, no estudo de caso que se preocupa com a evasão no Ensino Médio noturno de uma escola estadual de Monte Belo/MG, é possível traçar um paralelo entre as semelhanças e diferenças na temática supracitada.

Gonçalves, Passos e Passos (2005) preocuparam-se no estabelecimento de uma conexão para reflexão, discussão e ação com professores que atuam no Ensino Médio noturno a partir de uma pesquisa realizada no Colégio Estadual Presidente Kennedy, em Belford Roxo, Baixada Fluminense/RJ. Os atores da referida pesquisa foram alunos, professores, equipe técnica e gestores, com os seguintes elementos: perfil dos professores e estudantes (sexo, idade, naturalidade, ocupação profissional, local da residência, interesses em relação ao estudo).

O primeiro aspecto a ser destacado por Gonçalves, Passos e Passos (2005), está ligado à fundamentação teórica quanto aos seguintes conceitos: I) “Comunidade não é uma questão de espaço, mas um corpo de tendências com vistas à ação e ao sentido” (PACHECO, 2003 apud GONÇALVES; PASSOS; PASSOS, 2005, p. 348); II) “Currículo é todo um conjunto de experiências, diretas ou indiretas, direcionadas para a revelação das capacidades do indivíduo, experiência esta que cada ser humano deve possuir” (PACHECO, 2003 apud GONÇALVES; PASSOS; PASSOS, 2005, p. 348) e III) ‘processo de reflexão-na-ação’, “que é a capacidade de refletir, estimulada pela interação professor-aluno em diferentes situações práticas, onde a formação profissional não é trabalhada de forma cartesiana, mas na relação reflexiva de teoria e prática” (SCHÖN, 2000 apud GONÇALVES; PASSOS; PASSOS, 2005, p. 348).

Como características presentes no ensino noturno, Gonçalves, Passos e Passos (2005, p. 347) citam “baixos índices de produtividade; os altos índices de desistência; a frequência irregular às aulas”, além da indisciplina, falta de respeito, de dedicação e responsabilidade, desinteresse e despreparo docente (GONÇALVES; PASSOS; PASSOS, 2005).

Assim, como proposta de mudança e consequentes melhorias, Gonçalves, Passos e Passos (2005, p. 349) apresentam o Ensino modular, o qual “apresenta maior coerência entre os conteúdos com determinados núcleos ordenadores do saber, como também, permite relacionar os conteúdos com atividades práticas”.

Gonçalves, Passos e Passos (2005) também auxiliam na estruturação do caso de gestão por elencar características do Ensino Médio noturno, assim como os

elementos responsáveis pela evasão. Além do mais, propostas de mudanças são erigidas como referenciais para serem pensados à luz da realidade da escola no município de Monte Belo/MG.

Braga (2009) realizou um estudo de caso no Colégio Estadual Júlio Nerone, em Campo Largo, em que procurou discutir quais ações a pedagoga poderia propor para diminuir a evasão escolar no período noturno. “É no noturno que os alunos sentem ainda mais dificuldades em conciliar trabalho e estudo além dos já conhecidos fatores econômicos e sociais que contribuem para a sua desistência” (BRAGA, 2009, p. 4). Assim, evidencia-se a necessidade de políticas públicas que auxiliem na permanência dos alunos na escola, mas os efeitos são maiores aos alunos do Ensino Fundamental. Portanto, Braga (2009, p. 8) confirma que “o abandono do estudo começa a ficar mais evidente na medida em que a idade aumenta. Antes de completar 18 anos, muitos jovens já se dividem entre o estudo e o trabalho”.

Braga (2009, p. 15), em sua análise quanto aos fatores causadores do abandono escolar, destaca que há um “[...] entrelaçamento das causas fora e dentro da escola, portanto não é simplesmente o trabalho causador da desistência, mas sim um compósito de fatores (de ordem social, familiar e escolar)”.

Contudo, Braga (2009) apresenta uma série de ações implementadas na escola pesquisada visando à diminuição do abandono, dentre elas o estudo de metodologias diferenciadas a serem utilizadas pelos professores no cotidiano escolar, com o intuito de fazer com que os alunos sintam-se mais motivados em participar das atividades propostas, conforme mostra o Quadro 9:

Quadro 9 – Ações implementadas para diminuição do abandono escolar

• Estudo de metodologias diferenciadas - para incentivar os professores a tornarem as aulas mais dinâmicas, em que o conteúdo seja significativo, para que desperte no aluno o interesse.
• Valorização dos estudos - com a intenção de propiciar aos professores e alunos oportunidade de estudar e realizar reflexões acerca das questões pedagógicas que envolvem o processo educacional e a melhoria do ensino e da aprendizagem.
• Democratização do ensino – com o intuito de democratizar as relações entre profissionais da escola, alunos e comunidade, ou seja, melhorar a convivência entre professor /aluno, aluno/aluno, aluno/escola e de toda comunidade escolar, fazendo com que todos participem com intensidade da vida escolar.
• Discussões sobre gênero: o trabalho com gênero, sexualidade, família e preconceitos tem a intenção de desmitificar o papel da mulher na sociedade.

- Promoção de ações que diminuam e assegurem a permanência do aluno até o final do ano letivo para que tenha oportunidade de concluir seus estudos.

Fonte: Braga, 2009, p. 25.

Braga (2009) contribui para o estudo de caso do abandono no Ensino Médio noturno de uma escola no município de Monte Belo na medida em que aponta para uma análise de fatores escolares e extraescolares que fazem com que esse problema seja uma realidade em várias instituições de ensino públicas no país. Assim, a partir de seu diagnóstico, Braga (2009) nos oferece orientações de como a escola, em especial no aspecto pedagógico, pode contribuir no combate ao abandono. Essas orientações poderão ser retomadas na elaboração do PAE, no capítulo 3 desta dissertação, procurando identificar as especificidades de cada uma unidade de ensino.

Santos e Pouchain (2011), investigaram o abandono escolar da Escola de Ensino Fundamental e Médio Professor Jáder Moreira de Carvalho, da periferia de Fortaleza/CE, nos 1º e 2º anos do Ensino Médio noturno, referente aos anos de 2000 a 2006. Os objetivos específicos da pesquisa visaram analisar a função social da escola do Ensino Médio noturno; discutir qual o papel da família no sucesso e permanência dos jovens na escola e analisar quais os principais fatores que incidem sobre a evasão escolar, procurando esclarecer suas causas e apontar possíveis soluções para o problema.

Nessa perspectiva, Santos e Pouchain (2011) trazem uma reflexão a ser aplicada na realidade dos alunos da escola estudada em Monte Belo/MG, que é a importância da família como grupo social que pode atuar como incentivadora e inibidora do abandono escolar.

Quanto ao abandono escolar no Estado de Minas Gerais, Soares et al (2015) tiveram como objetivo apontar quais são os principais fatores que influenciam o abandono escolar no Ensino Médio. Os dados utilizados basearam-se em uma série histórica construída a partir do levantamento das Pnad e numa ampla pesquisa realizada no Estado de Minas Gerais foram realizadas entrevistas com cursantes e não-cursantes. Com base nesses dados, estimaram-se modelos de regressão de risco proporcional de Cox, que permitiram identificar a correlação entre fatores intra e extraescolares com o abandono precoce.

Outro modelo desenvolvido por Soares et al (2015) utilizaram as bases de dados da Pnad, permitindo verificar a taxa do não abandono na trajetória do Ensino Médio também para o Estado de Minas Gerais. Entre os resultados encontrados, destacaram-se alguns fatores expressivos para o abandono, tais como a dificuldade nas disciplinas, ânsia por uma escola diferente, percepção de melhores oportunidades de trabalho com a continuidade dos estudos e a importância atribuída na escolha da escola.

Assim, Soares et al (2015) acenam para diferentes bases de dados que podem ser utilizadas para o estabelecimento de uma relação entre a escola no Município de Monte Belo/MG e as pesquisas realizadas em nível estadual. Nesse sentido, será fundamental a comparação de diferentes realidades, principalmente quanto à identidade das causas e especificidades do caso.

Enquanto gestor escolar, desde 2012, foi possível observar e acompanhar o cotidiano do turno noturno, o qual apresenta problemas como evasão, reprovação, desinteresse dos alunos em relação ao currículo, baixa frequência e falta de perspectivas em relação à educação formal. Nesse sentido, o caso apresenta-se como um grande desafio à gestão escolar.

O estudo de caso tem como atores envolvidos a gestão escolar, os estudantes, profissionais da educação como professores e supervisores, trazendo as principais causas do abandono na escola, tais como: necessidade de trabalho; questões relacionadas a gênero (gravidez, casamento, filhos); conflitos na comunidade/juventude (violência, drogas, preconceito, escola como local de passeio); relacionamento interpessoal entre professor/aluno, aluno/aluno, aluno/escola; fracasso escolar: aulas/avaliações desmotivadoras;

Entre os principais fatores responsáveis pelo abandono escolar no Ensino Médio, de acordo com dados do IBGE e MEC, podemos destacar que

[...] há grupos em maior risco. São jovens de baixa renda, em sua maioria negros, que trocam com frequência os estudos por um trabalho precário ou que ficam grávidas já na adolescência e, [...] entender o perfil do jovem que evade da escola e identificar os momentos em que esse movimento é mais provável são ações importantes a serem realizadas pelos gestores de escolas e dos sistemas educacionais (AGÊNCIA BRASIL, 2016, s/p).

Nessa perspectiva, Oliveira, Thums e Alves (2015) destacam que além dos fatores intra e extraescolares, há de se ressaltar a necessidade de políticas públicas educacionais que sejam eficazes por fazer com que ocorra o acesso e permanência dos jovens na escola, com qualidade e equidade. Segundo o autor, entre os fatores intraescolares para o abandono citam-se: a falta de motivação do aluno pela escola, a distorção idade-série e o baixo rendimento, trazendo como consequência o fracasso escolar. Com relação aos fatores extraescolares, o autor destaca: a desigualdade social, a necessidade de trabalhar, a falta de apoio familiar, dentre outros. Além disso, Oliveira Thums e Alves (2015, p. 48), ainda confirmam a ideia de que o abandono escolar vai desde “[...] a negação dos direitos sociais às famílias à necessidade de ingresso no mercado de trabalho para o autossustento ou da família”.

Stearn e Gleinne (2006 apud SOARES et al, 2015) consideram que os fatores do abandono escolar podem variar de acordo com a idade, série e grupo socioeconômico do aluno. Como fatores externos os autores destacam: “o trabalho, as desigualdades sociais (BOURDIEU, 1998), a gravidez, a necessidade de cuidar dos familiares” (STEARNS; GLEINNE, 2006 apud SOARES et al 2015, p. 760). Quanto aos fatores internos citam-se: “a diferença de linguagem dos atores escolares, atitudes dos professores, características da direção, o programa pedagógico da escola, entre outros” (STEARNS; GLEINNE, 2006 apud SOARES et al 2015, p. 760).

Rumberger e Lim (2008 apud SOARES et al, 2015) dividiram os fatores que contribuem para o abandono ou para a conclusão do Ensino Médio em dois grupos: o primeiro ligado às características individuais e o segundo relacionado às características institucionais. Nesse sentido, as características individuais são compostas por:

[...] desempenho educacional (desempenho acadêmico e mobilidade no Ensino Fundamental, desempenho acadêmico ao longo do Ensino Médio e retenção no Ensino Fundamental); o comportamento e atitudes do aluno (tais como o envolvimento acadêmico no aspecto das atividades escolares e das atividades sociais, o absentismo e as expectativas educacionais); as características demográficas (cor/raça, gênero); e experiências prévias (como cursar a pré-escola) (RUMBERGER; LIM, 2008 apud SOARES et al, 2015, p. 759).

Assim, quando da análise dessas características individuais, é importante destacar a multiplicidade de fatores inerentes aos sujeitos, em que a reprovação num ano de escolaridade, por si só, pode representar um motivo para que o estudante abandone a escola. Ou, por outro lado, a questão do gênero pode ser um fator determinante do abandono, como, por exemplo, quando uma aluna engravida e não consegue retomar os estudos, por não ser mais esse uma meta para sua vida.

Quanto às características institucionais do abandono, relacionadas às famílias, Rumberger e Lim (2008) apud Soares et al (2015) consideram três de seus aspectos fundamentais, a saber:

- 1) a estrutura (se tradicional ou monoparental, por exemplo) e mudanças nessa estrutura familiar (como a separação dos pais) ao longo do processo escolar;
- 2) a renda e outros recursos familiares; e
- 3) o capital social (como altas expectativas educacionais, acompanhamento do progresso escolar dos filhos e a participação na vida escolar dos filhos) (RUMBERGER; LIM, 2008 apud SOARES et al, 2015, p. 759).

Nesse sentido, a compreensão de como é a família dos estudantes torna-se fundamental para traçar um panorama de quais concepções, desafios e dificuldades os sujeitos trazem para a escola. Assim, é possível identificar famílias que têm grande preocupação com a conclusão do Ensino Médio e prosseguimento dos estudos, enquanto outras priorizam a realização de um trabalho remunerado e não veem possibilidades de continuidade educacional por vários motivos, sendo o fator financeiro de grande peso na corroboração dessa concepção.

Quando se trata do fator família, Brandão (1983 apud SOARES et al, 2015) a considera como

[...] o fator mais determinante do fracasso escolar da criança, seja por não acompanhar as atividades escolares dos filhos, seja pelas condições de vida que a família oferece à criança, mostrando uma relação positiva entre o nível da escolaridade da mãe e a permanência e o rendimento do aluno na escola (BRANDÃO, 1983 apud SOARES et al, 2015, p. 760).

Dessa forma, uma família que se apresenta ativa e participante da vida do estudante, contribui enormemente para que o abandono não seja tido como uma alternativa diante das dificuldades que emergem em sua trajetória escolar.

Ainda em relação às características institucionais, os autores consideram quatro características essenciais das escolas que são fundamentais na análise do abandono: “1) a composição dos estudantes da escola; 2) os recursos escolares; 3) as políticas e práticas da escola; e 4) outras características estruturais” (RUMBERGER; LIM, 2008 apud SOARES et al, 2015, p. 759).

O desinteresse é considerado por Oreopoulos (2007 apud SOARES et al, 2015) como um forte motivo que influencia na decisão do abandono, devendo ser bem compreendido tanto para o estabelecimento de um entendimento da fragilidade dos jovens, quanto para se produzir um indicador que oriente as políticas educacionais que tenham como objetivo reverter essa situação. Dessa forma, enquanto a escola não repensar suas práticas pedagógicas e propor mudanças nos processos de ensino-aprendizagem, o combate à evasão não será eficiente e não conseguirá promover uma educação de qualidade com equidade.

2.2 Percurso metodológico e instrumentos da pesquisa

Nesta seção, apresenta-se o percurso metodológico adotado no desenvolvimento da pesquisa com o método, os instrumentos de coleta de dados e a técnica de análise. Assim, com o objetivo de conhecer quais os fatores que fazem com que alto número de jovens abandone a escola durante o Ensino Médio, o presente trabalho coletou os dados com base numa pesquisa de natureza qualitativa.

O Estudo de Caso qualitativo, enquanto metodologia, “[...] ressurgiu na pesquisa educacional com um sentido mais abrangente: o de focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões” (ANDRÉ, 2013, p. 97). Assim, como o objeto de estudo é o abandono escolar, o foco qualitativo analisa as visões de uma série de atores que convivem numa mesma realidade, mas que trazem consigo experiências e emoções específicas, cada qual em sua historicidade.

Ainda no que diz respeito à pesquisa qualitativa, Minayo (1994) ressalta que ela:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não

deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21).

No entanto, para que as evidências do abandono escolar fossem demonstradas, num primeiro momento, foi necessário recorrer a fontes documentais que traziam consigo uma série de dados estatísticos para sua comprovação. A principal fonte documental de registros escolares em Minas Gerais é o SIMADE, ferramenta digital que contém todos os dados referentes aos alunos, turmas, turnos e servidores da instituição desde o ano de 2009, quando foi implementada.

É a pesquisa qualitativa que possibilita ao pesquisador uma maior aproximação com os sujeitos e a compreensão de suas relações com o contexto ao qual estão inseridos. Portanto, a multiplicidade de olhares sobre o objeto da pesquisa é uma característica que se fará presente quando da análise dos dados, possibilitando compreender a realidade escolar a partir de seus diversos sujeitos, conhecer as possíveis causas do problema e propor estratégias para sua amenização.

Como instrumento de coleta de dados empíricos, optou-se pela entrevista semiestruturada, uma vez que, possibilita um aprofundamento dos dados coletados e novos direcionamentos na condução da pesquisa. Assim, é possível que o entrevistador possa explorar aspectos que julgar mais pertinentes para consubstanciar suas hipóteses. Lakatos e Marconi (1999, p. 94) destacam que a entrevista “é um encontro entre duas pessoas com a finalidade de se obter determinadas informações”. Mas há de se considerar que durante uma entrevista muitas percepções podem ser captadas pelo entrevistador, uma vez que este está em contato direto com o sujeito do qual possui objetivos previamente estabelecidos.

Dessa forma, Duarte (2002, p. 147), define a entrevista como “uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos”, o que propicia uma imersão na realidade educacional em questão.

Para a realização da entrevista foi elaborado um roteiro (Apêndice A), o qual foi previamente aprovado pela equipe de orientação da dissertação, e que conta com 23 questões, sendo reunidas em três grupos: 7 questões sobre informações pessoais como idade e rotina cotidiana, 5 questões sobre a relação familiar, como

responsabilidade sobre o orçamento doméstico e incentivo aos estudos e 11 questões referentes à relação do entrevistado com a escola, como rendimento e relação com a equipe gestora.

Foram selecionados 5 alunos regularmente matriculados no Ensino Médio noturno da EEFL e que, em algum momento de suas trajetórias escolares, abandonaram os estudos, sendo 3 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Assim, a partir da amostra foi possível estabelecer um panorama do abandono escolar na instituição, uma vez que,

[...] na pesquisa qualitativa, não há necessidade de grande número de participantes, uma vez que, nessa modalidade de pesquisa, a opção é pela profundidade em detrimento da amplitude. E, sendo a pesquisa construtiva, é possível ao pesquisador interagir com cada participante, perguntando como é para ele/a aquele determinado fenômeno, como pensa nele, como o sente, bem como pedir esclarecimentos, de modo a ir estabelecendo o diálogo (CÉZAR-FERREIRA, 2004, p. 88).

Os entrevistados foram contatados pessoalmente com antecedência de uma semana, neste momento, foram explicados os objetivos da pesquisa e a importância da participação, sendo apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assinatura, na qual uma via seria entregue ao aluno e a outra ficou nos arquivos do pesquisador no dia agendado para entrevista. Estas, por sua vez foram realizadas entre os dias 06 e 17 de setembro de 2018.

Também é necessário frisar que, devido às suas especificidades, as entrevistas foram gravadas no aparelho de telefone celular do pesquisador, transcritas no formato *Word* e enviadas por *e-mail* para a equipe de orientação da dissertação.

A primeira entrevista foi realizada com a aluna Íris¹⁰, de 18 anos de idade, no dia 06 de setembro de 2018, às 19h, numa das salas da EEFL. Ela é uma jovem muito comunicativa, que vive com a mãe e o irmão. Além de estudar à noite no 2º período da EJA, trabalha como auxiliar numa fábrica de doces de Monte Belo, que fica a cerca de 06 quilômetros de sua residência. Não tem filhos e alega que um de seus objetivos na vida é concluir o Ensino Médio e ingressar numa universidade.

¹⁰ Nome fictício.

Ainda no dia 06 de setembro de 2018, na mesma sala da EEFL, às 21h, foi realizada a entrevista com o aluno Marcelo¹¹, de 19 anos de idade, que vive com seus pais e irmão mais novo. Atualmente está matriculado no 2º período da EJA e alega que se identificou com a modalidade de ensino, uma vez que a turma é composta por alunos maiores de idade e atualmente não trabalha, o que faz com que se dedique mais aos estudos. Seu objetivo é fazer um curso técnico em enfermagem assim que concluir a educação básica.

No dia 10 de setembro de 2018, às 20h, numa das salas da EEFL, foi entrevistado o aluno Willian¹², de 19 anos de idade, que vive com a mãe, o padrasto e a irmã de 12 anos de idade. Segundo o estudante, uma das maiores dificuldades que encontra para concluir o Ensino Médio é a alternância de horários de seu trabalho, pois é empregado em um mercado próximo à sua residência e, somente esse ano, já se matriculou no turno matutino no início do ano letivo e foi necessário remanejar para o turno noturno no 2º período da EJA. Após conceder a entrevista, voltou ao turno matutino em outubro e está preocupado em conciliar seu trabalho com as demandas escolares.

A quarta entrevista aconteceu no dia 17 de setembro de 2018, às 19h, também numa das salas da EEFL, com o aluno Pedro¹³, de 19 anos, que vive com a mãe e a irmã, de 17 anos de idade, matriculada no 3º ano do Ensino Médio regular na EEFL. Atualmente trabalha num bar próximo à sua residência e alega ter mais tempo para os estudos. Está matriculado no 2º período da EJA e considera essa modalidade de ensino mais flexível e com mais chances de ser aprovado.

Por fim, foi entrevistada a aluna Carolina¹⁴, também no dia 17 de setembro de 2018, às 21h, na mesma sala onde foram entrevistados os demais. É uma jovem de 22 anos de idade, que vive com a mãe e a filha de 06 anos de idade. Entre os motivos que fizeram com que ela abandonasse os estudos estão o trabalho e a gravidez, além de um casamento que, segundo a aluna, não foi bem-sucedido. Seu objetivo atual é concluir o Ensino Médio e melhorar suas condições de trabalho, principalmente na questão financeira.

¹¹ Nome fictício.

¹² Nome fictício.

¹³ Nome fictício.

¹⁴ Nome fictício.

A seção 2.3 fará a apresentação e análise dos dados que puderam confirmar as hipóteses da pesquisa apresentadas ao longo do trabalho, identificando as especificidades e semelhanças entre os atores envolvidos no processo de abandono escolar ao longo de suas experiências de vida.

2.3 Apresentação e análise dos dados

Esta seção faz a apresentação e análise dos dados qualitativos oriundos dos instrumentos de pesquisa com o objetivo de compreender os fatores que fazem com que jovens matriculados na EEFL tenham abandonado os estudos em algum momento de sua trajetória escolar. Para isso, o Quadro 10 nos mostra a sistematização das principais informações escolares dos sujeitos entrevistados.

Quadro 10 - Sistematização das informações dos sujeitos entrevistados

Nome fictício ¹⁵	Data da entrevista	Ano de escolaridade atual	Ano de escolaridade do abandono	Idade atual
Íris	06/09/2018	2º EJA	1º EM	18
Marcelo	06/09/2018	2º EJA	9º EF e 1º EM	19
Willian	10/09/2018	2º EJA	1º EM e 2º EM	19
Pedro	17/09/2018	2º EJA	1º EM	19
Carolina	17/09/2018	2º EJA	8º EF, 1º e 2º EM	22

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2018.

A partir dos dados do Quadro 10 podem ser feitas as seguintes considerações: todos os alunos entrevistados abandonaram os estudos quando estavam matriculados no Ensino Médio regular, mas quando retornaram, optaram pela modalidade de ensino EJA, uma vez que já tinham a idade mínima de 18 anos, conforme prevê a Resolução SEE/MG nº 2843/2016.

Uma justificativa para essa migração nos é apontada por Tavares, Souza e Ponczek (2014) ao considerar que a EJA é uma alternativa à educação regular por oferecer a possibilidade de conclusão do Ensino Médio em um ano e meio, na modalidade presencial ou à distância. Assim,

¹⁵ Os nomes fictícios foram utilizados para preservar a privacidade dos entrevistados.

[...] com esta possibilidade, as pessoas que não concluíram a educação básica podem retornar à escola e finalizar os estudos num tempo mais curto do que o exigido pelo ensino regular. Além disso, os jovens que frequentam o Ensino Médio regular podem se sentir atraídos a migrar para a EJA para obter o diploma desta etapa de ensino. Este efeito pode, em princípio, ser mais relevante entre os estudantes desmotivados com a escola, bem como entre aqueles que decidem ingressar no mercado de trabalho (TAVARES; SOUZA; PONCZEK, 2014, p. 8).

O que se percebeu nas entrevistas é que a conclusão da educação básica surge como um meio para o ingresso em postos de trabalhos que atendam às expectativas dos alunos e com salários que correspondam às suas necessidades, por isso esses alunos estão preocupados em recuperar o tempo em que ficaram fora da escola.

Outro atrativo da EJA está relacionado à postura pedagógica da maioria do corpo docente, que procura alternativas de ensino que estejam em consonância com as diversas realidades de seus alunos. Ficou perceptível nas entrevistas que a modalidade EJA é considerada “mais fácil” em relação ao ensino regular, como demonstra Tavares, Souza e Ponczek (2014) ao afirmar que

[...] se as exigências para a aprovação no Ensino Médio EJA forem menores do que as do Ensino Médio regular, é possível que os estudantes da primeira modalidade também empreguem menos horas de estudo em casa do que os alunos da segunda modalidade. Desta forma, ao cursar o Ensino Médio na EJA, o indivíduo deve enfrentar menos restrições de tempo para exercer uma atividade profissional e/ou para se dedicar aos cuidados com o domicílio e a família que chefia (TAVARES; SOUZA; PONCZEK, 2014, p. 28).

Em todos os casos, o abandono ocorreu no 1º ano do Ensino Médio, o que nos faz refletir como tem sido a transição do fundamental para esse outro nível de ensino, uma vez que o art. 25 da Resolução SEE/MG nº 2.197/2012, preconiza que:

a transição entre as etapas da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – deve assegurar formas de articulação das dimensões orgânica e sequencial que garantam aos alunos um percurso contínuo de aprendizagem, com qualidade (MINAS GERAIS, 2012, p. 4).

Outro aspecto relevante é que, mesmo com o abandono, os alunos entrevistados não apresentam uma defasagem idade/ano de escolaridade muito

elevada, pois dos 5 selecionados, 4 possuem de 01 a 02 anos de distorção. Dessa forma, a pesquisa demonstrou que o número de matrículas de alunos mais jovens na EJA é cada vez maior. De acordo com o Censo Escolar de 2014, o Brasil conta com cerca de 3,5 milhões de pessoas matriculadas na EJA, porém cerca de 1 milhão desses estudantes ainda estão em idade escolar: 30% das matrículas de EJA do Brasil são de jovens com idades entre 15 e 19 anos.

Também há de se ressaltar que atualmente a EEFL conta com duas turmas de Ensino Médio regular noturno, uma de 2º ano e outra de 3º e, quando do levantamento dos alunos para seleção para entrevista, os matriculados nessas turmas que apresentam distorção idade/ano de escolaridade nunca abandonaram os estudos, mas encontram-se nessa situação devido às reprovações, principalmente quando estudavam no turno matutino. Esse diagnóstico nos remete ao fato de que os alunos que abandonam a escola, quando retornam, não têm interesse no ensino regular, mas sim na modalidade EJA, principalmente pela possibilidade de concluírem em menor tempo os estudos e se dedicaram mais ao mundo do trabalho.

A partir da apresentação dos entrevistados, faz-se necessária a análise dos dados com base qualitativa para melhor compreensão dos fatores que fazem com que os jovens abandonem os estudos e propor intervenções para que o problema possa ser combatido.

O principal fator identificado ao abandono escolar está ligado ao mercado de trabalho, uma vez que este é priorizado em relação às atividades escolares. Nessa perspectiva, Soares et al (2015) nos apontam que “o mercado de trabalho tem influência considerável sobre o abandono, principalmente para aqueles com maiores problemas financeiros na família” (SOARES et al, 2015, p. 760). Essa situação ficou evidente nas entrevistas de Marcelo, Willian, Pedro e Carolina, em que o primeiro alegou que “tinha muito pouco tempo para família, trabalhava muito, e não tinha como vir para escola direto, aí tive que parar um pouco” (MARCELO, 2018).

No que diz respeito à ocupação no mercado de trabalho, Corrochano et al (2008) nos trazem os seguintes apontamentos:

[...] da população jovem que trabalha e estuda, 64,6% (ou seja, aproximadamente 5,4 milhões de jovens) encontram-se na condição de empregados. Uma porcentagem significativa (16%) trabalha sem remuneração, o que pode revelar uma situação bastante precária. Soma-se a isso o fato de 7,5% serem trabalhadores domésticos. Há também uma parcela não desprezível de jovens trabalhando por

conta própria (7,5%), ou seja, trabalhando em seu próprio empreendimento, sozinhos ou com sócios, sem ter empregado (CORROCHANO et al, 2008, p. 37).

Nesse contexto, a pesquisa demonstrou que os jovens entrevistados da EEFL realizam atividades produtivas às quais podem facilmente ser substituídas por outro empregado, uma vez que não demandam conhecimentos específicos na área. Daí a preocupação em adquirir uma formação que os coloque em outros postos de trabalho e, conseqüentemente, com melhores salários, além de que há aqueles que pensam em abrir um pequeno negócio no futuro e serem trabalhadores autônomos.

A partir das entrevistas, foi possível perceber que a conclusão do Ensino Médio na modalidade EJA é tida como um caminho para que esses alunos ingressem em cursos técnicos e de nível superior.

Segundo o aluno Willian¹⁶, mesmo tendo um trabalho formal, ou seja, com carteira registrada, as longas jornadas dificultaram, muitas vezes, a continuidade dos estudos, como expressou em sua entrevista, “ [...] era corrido, puxado, trabalhava das seis às seis, tinha dia que passava até seis e meia, aí ficava puxado [...] Eu chegava, tomava um banho, trocava e vinha, não tinha tempo de nada [...]” (WILLIAN, 2018). Esse relato é confirmado por Braga (2009) ao afirmar que:

Nesta idade todo jovem busca um sentido de vida e um deles é o trabalho. Mesmo os poucos que não são desprovidos materialmente querem ter algum tipo de emprego e muitos não conseguem conciliar trabalho e estudos por vários motivos como: pelo horário, por chegarem atrasados na escola, faltas, tempo para os estudos, trabalhos escolares e cansaço pelo trabalho pesado (BRAGA, 2009, p. 13).

Na entrevista com o aluno Pedro¹⁷, a sobrecarga de trabalho também foi o fator fundamental que fez com que o estudo fosse deixado de lado, principalmente por relatar que sua atividade era agrícola e sazonal, como ele relatou, seu trabalho era “braçal, de vez em quando, na colheita de café” (PEDRO, 2018).

Batista e Campos (2013) ressaltam que nesse tipo de atividade o Contrato de Safra se configura como um contrato por prazo determinado, geralmente curto prazo, tem uma duração fixa dependendo da safra que esteja em questão.

¹⁶ Nome fictício.

¹⁷ Nome fictício.

Quanto a essa situação de trabalho sazonal, a LDB nº 9.394/1996 nos traz em seu art. 23 que:

[...] a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
[...]

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei (BRASIL, 1996a, s/p).

Essa flexibilidade é possível, mas quando de sua efetivação real, encontra uma série de obstáculos que fazem com que o calendário escolar seja o mesmo, tanto no diurno, quanto no noturno. Uma das barreiras encontradas pelos gestores é de como enquadrar os 200 dias letivos para o ensino regular e os 100 dias da EJA, sem que ultrapasse o ano civil, pois entre outros fatores estão a questão da contratação do transporte escolar por parte do município e o pagamento dos salários dos professores.

Para a aluna Carolina¹⁸, o trabalho também foi um fator que contribuiu para o abandono escolar: “Pela primeira vez, eu comecei a trabalhar, aí não teve como eu estudar mais” (CAROLINA, 2018). Assim, a inserção no mercado de trabalho demonstra que muitos jovens sentem dificuldades em conciliar os estudos e suas atividades produtivas, principalmente pelo fato de que suas rotinas cotidianas serão totalmente alteradas.

Quando se trata do fator motivacional, a aluna Íris afirmou que quando abandonou os estudos não trabalhava, mas mesmo assim não deu continuidade: “[...] eu não trabalhava, somente estudava. Ah, só que aí foi indo e eu parei” (ÍRIS, 2018). A aluna demonstrou na entrevista que não havia fatores consistentes para o abandono, mas que a escola não lhe oferecia estímulos para dar continuidade aos estudos.

Quanto às percepções dos docentes em relação aos alunos do noturno, Gonçalves, Passos e Passos (2005) nos trazem em sua pesquisa que “na opinião dos professores o maior responsável pelos baixos índices de produtividade dos

¹⁸ Nome fictício.

alunos do curso noturno é o desinteresse e a falta de comprometimento dos próprios alunos” (GONÇAVES; PASSOS; PASSOS, 2005, p. 354). Assim, também emergiu nos relatos dos alunos que, muitas vezes os professores do noturno não consideram suas atividades fora do ambiente escolar, o que pode ser um fator a mais para o abandono.

Com relação a essa desmotivação, Finn (1989 apud SOARES et al, 2015, p. 765) traz um modelo denominado de “frustração-autoestima”, a qual considera que:

Práticas escolares deficientes do aluno redundam em resultados acadêmicos insatisfatórios, diminuindo sua autoestima, o que, por sua vez, produziria, associada e/ou reforçada por influência negativas de colegas, problemas comportamentais que realimentam os maus resultados acadêmicos e, por sua vez, a baixa autoestima.

Dessa forma, o fator desmotivação não seria apenas responsabilidade dos alunos, como demonstrado na pesquisa de Gonçalves, Passos e Passos (2005), mas também elemento inerente aos fatores intraescolares, principalmente aqueles ligados às metodologias adotadas no processo de ensino-aprendizagem. Essa situação nos remete ao fato de que a condução das aulas podem ser elementos que estimulam ou não o prosseguimento dos estudos

Em outra perspectiva, faz-se necessária a recorrência à questão familiar, uma vez que esse eixo tem fator relevante na vida escolar, mas não decisivo, como observado no discurso de Íris, que afirma que não obteve apoio da família quando decidiu abandonar a escola, mas mesmo assim, abandonou:

Ah, minha mãe ficou muito brava, falou assim que eu não trabalhava, porque na época eu não trabalhava, ela falava que não tinha necessidade de eu largar a escola, porque eu não fazia nada, só ficava em casa, ela ficou muito brava mesmo [...] Eu conversei, aí nisso minha mãe não quis aceitar, por causa de eu morar só com ela, aí ela falou muito, só que depois eu falei pra ela que ia voltar no ano seguinte, aí ela ficou muito brava mas concordou, contra a vontade dela (ÍRIS, 2018).

Quanto ao aluno Marcelo¹⁹, a situação foi semelhante, uma vez que a família não concordou com o abandono escolar, mas não foi suficiente para que ele desse continuidade aos estudos naquele ano: “Ah, eles não queriam não, mas me

¹⁹ Nome fictício.

aconselharam a não abandonar a escola não, mas fazer o quê, trabalhar era mais importante” (MARCELO, 2018). Nesse caso, mesmo trabalhando, a família tinha o interesse que o aluno continuasse os estudos, conciliando as duas práticas, mas a decisão do jovem se sobrepôs ao posicionamento familiar.

No discurso de Willian²⁰ também não houve apoio da família para que ele interrompesse a vida escolar: “[...] eles não gostaram não, fazer o quê, tive que deixar. Apoiar não apoiaram não, mas tive que deixar [...] minha mãe me fala direto para eu não parar” (WILLIAN, 2018). Sobre isso, Brandão (1989 apud SOARES et al, 2015, p. 760) nos aponta:

A família como o fator mais determinante do fracasso escolar da criança, seja por não acompanhar as atividades escolares dos filhos, seja pelas condições de vida que a família oferece à criança, mostrando uma relação positiva entre o nível da escolaridade da mãe e a permanência e o rendimento do aluno na escola.

Dessa forma, as famílias têm na escola um importante mecanismo de melhoria das condições de vida, em que se percebe que muitos pais possuem níveis de escolaridade bem mais elementares que seus filhos, principalmente pelo acesso às instituições de ensino no país ter crescido nas últimas décadas.

Pedro relata que sua mãe também não concordou, mas diante das dificuldades enfrentadas pelo filho no mundo do trabalho, não apresentou resistências quanto ao abandono: “Porque ela sabia que eu estava trabalhando, e meu serviço estava puxado. E ela viu que eu não estava mais afim” (PEDRO, 2018). Na entrevista, foi possível constatar que a preocupação de muitos pais atualmente é que seus filhos estejam estudando e trabalhando e, quando ambos não é possível, a realização de uma das atividades é tida como suficiente.

Com Carolina²¹ o posicionamento da mãe diante do abandono não foi diferente em relação aos demais entrevistados, a aluna afirma que “ela disse para mim não parar, que eu ia precisar para o meu futuro [...] Ela estudou só até a quarta série” (CAROLINA, 2018). Mais uma vez evidencia-se que a família não é favorável ao abandono escolar, principalmente pela baixa escolaridade dos pais e a perspectiva de melhorias das condições de vida no futuro.

²⁰ Nome fictício.

²¹ Nome fictício.

Assim, de todos os entrevistados, apenas a aluna Carolina apresentou, além do trabalho, o fato de ter um filho como motivo para o abandono escolar: “tenho uma filha de seis anos. Aí a gravidez também interferiu, porque eu não tinha ninguém para ficar com ela. Daí eu tive que parar. Aí agora que ela está maior, eu voltei” (CAROLINA, 2018). Nesse contexto Braga (2009), nos afirma que:

O casamento, a gravidez e cuidar dos filhos contribuem também para a evasão em 16% dos casos, porém o casamento traz com ele inúmeros motivos para acontecer a desistência, haja vista, que não é tarefa nada fácil, principalmente para uma adolescente cuidar da casa, dos filhos, do trabalho e conciliar estas tarefas como estudo (BRAGA, 2009, p. 12).

Soares et al (2015) apontam para quatro características escolares que devem ser consideradas: “1) a composição dos estudantes da escola; 2) os recursos escolares; 3) as políticas e práticas da escola; e 4) outras características estruturais” (SOARES et al, 2015, p. 759). Assim, compreender a dinâmica desses elementos faz-se imprescindível para o estabelecimento de uma reflexão sobre um PAE que possa combater o abandono. Dessa forma, no que tange aos fatores intraescolares, os fatores que contribuem para o abandono estão ligados às relações interpessoais entre alunos e professores, que emergiram nos discursos de Íris, Marcelo e Carolina. Willian afirmou não ter conflitos nem com colegas, nem com professores ou funcionários e o aluno Pedro afirmou já ter tido atritos com colegas de sala.

Segundo a aluna Íris²², a postura do professor em sala de aula é muito importante, pois como afirmou: “o que eu não gosto é que gritem comigo, tipo assim, algum professor, a gente entra até em conflito, mas só isso, a forma de falar, né” (ÍRIS, 2018). Para o aluno Marcelo, muitas vezes a falta de autoridade do professor fez com que ele tivesse entrado em conflitos com colegas de sala de aula: “[...] já tive trabalho com alunos já, eles conversavam demais na sala de aula, não deixavam a gente estudar um pouco. Com professor já também, eles falaram algumas coisas que não gostei, e é isso. O resto é tudo normal” (MARCELO, 2018).

Quanto à gestão escolar, com a direção e supervisão pedagógica, os alunos não alegaram elementos que pudessem desestimulá-los ou contribuir para o abandono. Segundo a aluna Íris, “sobre a direção não tenho nada que reclamar,

²² Nome fictício.

porque se eu falto eles me comunicam, se em alguma disciplina não estou muito boa, eles chamam para conversar para mudar, sempre me ajudando” (ÍRIS, 2018). Para o aluno Willian²³, a equipe gestora também procurou meio para auxiliá-lo no prosseguimento dos estudos, embora fatores externos sempre tivessem um peso maior: “sempre teve dia que conversava, sempre chamavam para conversar normal também [...] Eles sempre chamam, conversam, explicam, sempre tentando ajudar” (WILLIAN, 2018).

Por fim, quando perguntados sobre “o que seria uma escola ideal”, os alunos responderam:

Ah, uma escola ideal, era que todos os professores, tipo, não que eles não se esforcem, mas, que todos os professores se dedicassem um pouco mais para explicar melhor para a gente, porque tem matéria que a gente não entende, não tanto por conta da gente, mas sim pelo professor (ÍRIS, 2018).

E, continuando: “Uai, a Frei Levino está de bom tamanho, dá para aprender muita coisa, o Ensino Médio, eles ensinam pra gente, a gente está aprendendo muita coisa graças a Deus, é uma coisa boa pro futuro da gente. Neh” (MARCELO, 2018); “Ah, mais aulas, mais explicação um pouco” (WILLIAN, 2018) e “uma escola onde os professores ensinam e comunicam também, tem que ter diálogo” (PEDRO, 2018).

Assim, de acordo com as entrevistas, o principal motivo apontado para o abandono escolar foi a inserção dos jovens no mundo do trabalho, o que fez com que a conciliação deste com as atividades escolares fosse inviabilizada. Também há de se ressaltar que a modalidade de ensino EJA apresentou-se como uma alternativa mais conveniente para estes estudantes, principalmente pelo tempo escolar ser reduzido e as dinâmicas de trabalho diferenciadas em relação ao ensino regular.

A partir das entrevistas realizadas, dos dados levantados e da revisão bibliográfica, torna-se possível a elaboração de um PAE que tenha como pressuposto o planejamento de uma série de ações a serem adotadas no cotidiano escolar em prol de uma educação de qualidade para o Ensino Médio noturno.

²³ Nome fictício.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: REPENSAR A EDUCAÇÃO PARA COMBATER O ABANDONO ESCOLAR

Após refletir sobre o caso de gestão referente ao abandono escolar no Ensino Médio noturno na Escola Estadual Frei Levino, no Município de Monte Belo/MG, no primeiro capítulo e analisar os resultados da investigação no segundo, a partir de referenciais bibliográficos e entrevistas semiestruturadas, apresentamos o PAE, que constituirá o foco deste terceiro capítulo. O principal objetivo do presente PAE é fornecer subsídios aos diversos atores envolvidos no contexto educacional, como equipe gestora, professores, familiares e comunidade como um todo, para atuarem de forma consistente no combate aos índices de abandono pelos quais a escola vem convivendo nos últimos anos.

Com a elaboração de um PAE, espera-se que a comunidade escolar montebelense tenha em mãos um importante instrumento responsável por fazer com que os jovens concluam o Ensino Médio com qualidade e equidade, em consonância com os preceitos constitucionais e previstos na LDB nº 9.394/1996.

Entre os múltiplos fatores analisados que contribuem para o abandono escolar, a conciliação entre o mundo do trabalho e a educação formal é tida como a mais relevante, uma vez que os jovens têm consciência da importância de concluírem os estudos, mas não possuem incentivos mínimos para essa empreitada.

Assim, o diálogo é uma importante ferramenta capaz de fazer com que novas posturas sejam adotadas no cotidiano escolar, principalmente em relação ao turno noturno, caracterizado por uma realidade própria, com anseios e demandas específicos.

As ações foram sistematizadas em torno de dois eixos principais, os quais são considerados como primordiais para que o combate ao abandono possa realmente acontecer: 1º) gestão pedagógica e 2º) estabelecimento de parcerias.

Os referidos eixos foram elencados a partir da análise dos dados da pesquisa, preocupando-se com o desenvolvimento de ações contínuas no cotidiano escolar, possibilitando aos jovens estudantes da EEFL condições para a continuidade dos estudos e, conseqüentemente, conclusão da educação básica.

3.1 Eixo: Gestão Pedagógica

O combate ao abandono escolar deve partir da equipe gestora da unidade de ensino, através de estratégias que tenham como pressuposto intervir junto aos alunos que estão com baixa frequência. Assim, é fundamental que haja um canal de comunicação constante entre direção, professores e alunos para que as devidas atitudes sejam tomadas no tempo certo. Considerar o abandono como algo natural no ambiente escolar é um erro, uma vez que, os profissionais da educação devem lutar para que todos alunos matriculados concluam a educação básica.

Dessa forma, cabe à gestão escolar, nas reuniões pedagógicas, refletir sobre sua prática e sobre o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, numa perspectiva de inclusão, qualidade e equidade.

Antes que o aluno abandone a escola, é de fundamental importância que a gestão esteja atenta à baixa frequência deste aluno, sendo necessário um monitoramento mensal daqueles estudantes que estão faltando às aulas. Para isso, propõe-se que na última reunião pedagógica de cada mês, seja feito um diagnóstico dos alunos que estão com faltas constantes naquele período, neste sentido, os registros seriam feitos a partir dos relatórios emitidos no diário digital escolar.

A partir de um trabalho conjunto entre direção, supervisão e professores, é possível fazer um mapeamento dos alunos que estão com baixa frequência e buscar possíveis intervenções para que o abandono não se concretize, os docentes, de forma coletiva, poderiam repassar à equipe gestora as informações referentes à frequência. Assim, de posse de uma relação de alunos considerados faltosos, é possível que a direção da escola entre em contato com esses jovens para o estabelecimento de um diálogo sobre as possíveis causas de faltas injustificadas. Esse contato seria realizado a partir de contato telefônico ou de comunicado escrito com aviso de recebimento junto aos responsáveis dos alunos faltosos.

Quando a gestão escolar ouve os jovens, principalmente através da realização de rodas de conversa, é possível compreender quais as causas do problema, que podem ser intra ou extraescolares, sendo possível o estabelecimento de ações que façam com que a infrequência seja amenizada e, conseqüentemente, não ocorra o abandono.

Para apresentar o PAE será seguida a metodologia 5W2H²⁴, que possibilita um planejamento simples e de fácil assimilação pelos envolvidos. O Quadro 11, a seguir, apresenta a Ação 1.

Quadro 11 - Monitoramento da frequência escolar

Ação 1	Descrição
O que será feito?	Monitorar os alunos com baixa frequência, suscetíveis ao abandono.
Por que será feito? (justificativa)	Intervir junto aos alunos faltosos para que os mesmos mantenham a frequência e, conseqüentemente, não abandonem os estudos.
Onde será feito? (local)	Na Escola Estadual Frei Levino.
Por quem será feito? (responsabilidade)	Diretor, vice-diretores, supervisores pedagógicos e professores.
Quando será feito? (tempo)	Na última quarta-feira de cada mês, no horário das reuniões pedagógicas.
Como será feito? (método)	Será elaborado um relatório, em reunião coletiva, com identificação dos alunos faltosos para que a equipe gestora possa entrar em contato com as famílias dos referidos alunos.
Quanto? (custos)	Serão utilizados recursos para ligações telefônicas, cujo plano da escola com a operadora é de R\$190,00, além de tonner para impressora no valor de R\$200,00.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2018.

A partir de uma avaliação diagnóstica, é possível traçar um perfil de cada turma do Ensino Médio noturno e identificar os alunos que apresentam defasagens de aprendizagem que vem sendo trazidas ao longo de sua trajetória escolar.

Um planejamento coerente com a realidade dos alunos faz-se de fundamental importância para que eles continuem os estudos. Além de uma reflexão acerca dos procedimentos didático-metodológicos, que devem priorizar o protagonismo juvenil, em detrimento de uma educação que privilegie a memorização mecânica dos conteúdos.

²⁴ Esse modelo é conhecido como “5W2H” porque resume em sete definições fundamentais o que será buscado em um determinado plano de ação, partindo de expressões que, no original em inglês, começam com as letras W e H, conforme a seguir explicado: What (o que será feito?), Why (por que, qual a importância?), Who (quem será responsável?), Where (onde a ação ocorrerá?), When (Quando ela ocorrerá?), How (como será desenvolvida?), How Much (quanto custará?) (FERREIRA, 2017, s/p).

3.1.1 Atividades desportivas, científicas e culturais

Uma das percepções sobre o Ensino Médio noturno é que há a carência de atividades diversificadas e desafiadoras, em que as aulas expositivas predominam e fazem com que os alunos sejam paulatinamente desestimulados do decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

Como a maioria dos estudantes está inserida num contexto de longas jornadas diárias de trabalho, é de fundamental importância que a escola promova atividades diversificadas no decorrer do bimestre, que façam com que os jovens sintam-se motivados em participar das aulas e em práticas coletivas. O Quadro 12, a seguir, apresenta a ação 2 deste PAE levando-se em conta atividades que fujam das ações tradicionais:

Quadro 12 - Atividades desportivas, científicas e culturais

Ação 2	Descrição
O que será feito?	Campeonatos esportivos interclasses, gincanas culturais, feiras de ciências, exposição de trabalhos e apresentações culturais.
Por que será feito? (justificativa)	Estimular o protagonismo do jovem do Ensino Médio noturno, colocando-o como participante ativo do processo de ensino e aprendizagem e reafirmando sua identidade.
Onde será feito? (local)	Na Escola Estadual Frei Levino Auditório da Câmara Municipal de Monte Belo.
Por quem será feito? (responsabilidade)	Supervisores pedagógicos e professores de educação básica.
Quando será feito? (tempo)	Ao final de cada bimestre letivo, nos meses de abril, julho, setembro e dezembro
Como será feito? (método)	Cada turma do turno noturno terá um professor responsável pelo planejamento das atividades, em consonância com os campos de interesse dos alunos.
Quanto? (custos)	Aquisição de materiais esportivos no valor de R\$4.000,00.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2018.

3.2 Eixo: Estabelecimento de Parcerias

Como foi analisado no decorrer da pesquisa, há muitos fatores extraescolares que fazem com que o abandono escolar aconteça, sendo fundamental que a sociedade civil também seja inserida no seu combate.

A busca de parcerias com a iniciativa privada pode fazer com que os jovens vejam a escola com outros olhares, principalmente no que diz respeito à sua valorização e relação com suas práticas cotidianas.

Nessa perspectiva, a escola não deve atuar sozinha, como se fosse algo estanque à sociedade, mas em parceria com diversas instituições que, de alguma forma, estão inseridas nas experiências de vida dos estudantes.

3.2.1 Parcerias com empresas e comércio local

Monte Belo conta com duas empresas de grande porte: a Adecoagro, usina de produção de açúcar e o Brasil Card, empresa operadora de cartões de crédito, além do comércio com supermercados e lojas variadas, que empregam grande parte da população jovem da cidade. Dessa forma, torna-se fundamental que a escola estabeleça parcerias com a iniciativa privada para que os jovens tenham na educação formal uma possibilidade de inserção e manutenção no mercado de trabalho.

Fazer com que os alunos vejam sentido no processo de ensino e aprendizagem é uma das funções sociais da escola e, quando se trata dos alunos do turno noturno, fazer a ponte entre a escolarização e economia formal torna-se primordial.

Assim, a escola fará um levantamento dos jovens que têm interesse em ingressar no mundo do trabalho formal e orientá-los quanto ao processo de seleção e quais os ramos de atuação possuem interesse. Dessa forma, a conclusão da educação básica terá um sentido maior e o abandono não será cogitado no decorrer do processo. O Quadro 13 apresenta o detalhamento desta ação:

Quadro 13 - Parcerias com empresas e comércio local

Ação 3	Descrição
O que será feito?	Entrar em contato com empresas e comércio local de Monte Belo.
Por que será feito? (justificativa)	Incentivar os jovens a concluir o Ensino Médio como pressuposto para o ingresso ou manutenção no mercado de trabalho.
Onde será feito? (local)	Escola Estadual Frei Levino Empresas como Adecoagro, Brasil Card e comércio local
Por quem será feito? (responsabilidade)	Direção da escola e setor de recursos humanos das empresas e comércio local.
Quando será feito? (tempo)	No decorrer do ano letivo.
Como será feito? (método)	A direção da escola fará um levantamento dos jovens trabalhadores e dos que estão à procura de emprego para, em seguida, entrar em contato com o setor de recursos humanos das empresas e do comércio local para orientações sobre um possível processo de seleção.
Quanto? (custos)	Não há custos além dos previstos para o cotidiano escolar.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2018.

3.2.2 Parcerias com Institutos Federais de Ciência e Tecnologia e Universidades

Um dos anseios dos jovens do Ensino Médio é concluir a educação básica e dar continuidade aos estudos, sendo fundamental que a escola tenha um plano de orientação vocacional que esclareça as dúvidas quanto às possibilidades de cursos que os estudantes terão no futuro.

Assim, a gestão escolar tem como uma de suas atribuições fazer com que os jovens vejam sentido num ensino de qualidade que será o alicerce para uma futura formação profissional.

Para que essa atribuição se concretize, é importante o estabelecimento de parcerias com outras instituições de ensino, como institutos federais de ciência e tecnologia e universidades. O Quadro 14 apresenta os desdobramentos desta proposta a partir da ação 4:

Quadro 14 - Parcerias com institutos federais de ciência e tecnologia e universidades

Ação 4	Descrição
O que será feito?	Buscar parcerias com o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia/Campus de Muzambinho, Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (Unifeg), Universidade de Alfenas (Unifenas), Universidade Federal de Alfenas (Unifal/MG), dentre outras.
Por que será feito? (justificativa)	Incentivar os jovens na conclusão da educação básica e dar prosseguimento aos estudos
Onde será feito? (local)	IF Sul de Minas /Campus de Muzambinho e universidades da região.
Por quem será feito? (responsabilidade)	Supervisão pedagógica da EEFL.
Quando será feito? (tempo)	Trimestralmente.
Como será feito? (método)	A supervisão pedagógica da EEFL entrará em contato com o IF Sul de Minas e universidades locais para o agendamento de encontros vocacionais e visitas aos campi para conhecimento das instituições e conhecimento dos cursos ofertados, bem como as formas de ingresso.
Quanto? (custos)	Não há custos adicionais.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2018.

3.2.3 Restabelecer parcerias com o Conselho Tutelar, Assistência Social e Saúde

Mais uma vez emerge a necessidade da escola em buscar parcerias com outras instituições para que o abandono escolar na EEFL não continue com os índices apresentados na pesquisa. Assim, faz-se necessário que três instâncias auxiliem os educadores em seu trabalho: Conselho Tutelar, Assistência Social e Saúde.

O Conselho Tutelar deve zelar pelos direitos e deveres dos adolescentes, fazendo com que eles tenham consciência da importância dos estudos e do seu grau de responsabilidade. Dessa forma, o Conselho Tutelar deve atuar junto às escolas na perspectiva de compreender e auxiliar nos casos em que a baixa frequência torna-se uma constante.

O Serviço de Assistência Social também deve ser um grande aliado no combate ao abandono escolar, uma vez que, suas causas podem estar além da percepção dos educadores.

A área da Saúde deve auxiliar muito na adolescência, pois vários são os conflitos e dúvidas dessa faixa etária. É fundamental que palestras, orientações e

encaminhamentos sejam realizados na perspectiva de fazer com que os jovens tenham segurança no processo de ensino-aprendizagem. Muitas vezes, assuntos como gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, aborto, dentre outros, devem ser tratados por profissionais da área da saúde, que possuem a capacitação necessária para tal. O quadro 14, a seguir, apresenta o detalhamento desta ação:

Quadro 15 - Restabelecer parcerias com o Conselho Tutelar, Assistência Social e saúde

Ação 5	Descrição
O que será feito?	Parcerias com o Conselho Tutelar, Assistência Social e Saúde.
Por que será feito? (justificativa)	Discutir assuntos da juventude com profissionais de diversas áreas.
Onde será feito? (local)	Na Escola Estadual Frei Levino.
Por quem será feito? (responsabilidade)	Professores de educação básica e alunos representantes de turmas.
Quando será feito? (tempo)	Bimestralmente.
Como será feito? (método)	Os professores referenda de cada turma levantarão questões de interesse dos alunos para serem encaminhados aos órgãos em questão e, posteriormente, será organizada uma roda de conversa para que os alunos possam apresentar suas dúvidas.
Quanto? (custos)	Não há custos adicionais.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2018.

3.2.4 Reestruturação das reuniões de pais e mestres

A questão familiar é um elemento que tem um peso significativo quando da abordagem do abandono escolar, daí a necessidade da escola em estabelecer um canal de comunicação coerente entre a instituição e as diversas realidades de vida dos jovens.

O que se tem percebido no cotidiano escolar é que as reuniões de pais e mestres sempre estão direcionadas àqueles estudantes que apresentam problemas de frequência, aproveitamento e comportamento. Daí a necessidade de se criar novas formas de contato entre família e escola, para que os aspectos positivos surgidos no decorrer do processo de ensino-aprendizagem também sejam ressaltados.

As reuniões de pais e mestres realizadas na EEFL, na maioria das vezes, têm sido direcionadas aos alunos que apresentam problemas com frequência, aproveitamento ou comportamento no cotidiano escolar. Por isso muitos pais ou

responsáveis pelos alunos não apresentam interesse em participar, pois como eles alegam, já sabem o que será dito.

Outro aspecto está relacionado ao fato de que muitos alunos já são maiores e são responsáveis por si e pelo seu desempenho escolar. Dessa forma, urge a necessidade de se criar novas alternativas de trazer a família para a escola, de uma forma mais dialógica e descontraída.

A direção da escola, dessa forma, organizará reuniões em que os professores terão a oportunidade de apresentar às famílias os resultados alcançados pelos estudantes num determinado período e buscar alternativas para problemas que estejam sendo recorrentes no cotidiano escolar. Além do mais, haverá um espaço permanente para o diálogo, representado por representantes de classes e por um professor de referência da turma, que sempre estarão discutindo elementos em prol de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade e sem abandono. O Quadro 16, a seguir, apresenta os detalhes desta ação:

Quadro 16 - Reestruturação das reuniões de pais e mestres

Ação 6	Descrição
O que será feito?	Realizar reuniões de pais e mestres por classes e instituir um comitê permanente de diálogo.
Por que será feito? (justificativa)	Estimular a participação da família na escola em diferentes momentos
Onde será feito? (local)	Na Escola Estadual Frei Levino
Por quem será feito? (responsabilidade)	Diretor, supervisores pedagógicos, professores e alunos representantes de turmas
Quando será feito? (tempo)	Na primeira quarta-feira de cada mês no período noturno das 19h00min às 20h00min
Como será feito? (método)	A cada reunião mensal, uma turma será contemplada, onde estarão o professor referência e o representante de alunos da turma. Nessa reunião serão apresentados os resultados gerais como aproveitamento, frequência, comportamento e outros aspectos do processo de ensino e aprendizagem. Com base no diálogo, serão discutidos os direcionamentos pedagógicos da classe.
Quanto? (custos)	Não há custos adicionais.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, preocupou-se em compreender os motivos que fazem com que os alunos da EEFL abandonem os estudos no decorrer de sua trajetória escolar, uma vez que os índices demonstraram que, em relação à SRE Poços de Caldas e ao Estado de Minas Gerais, a instituição apresentou elevadas taxas de abandono, mesmo com altos indicadores de aprovação.

Diagnosticou-se que, mesmo com a gestão democrática e com o aval das famílias, os alunos continuaram desistindo de seu percurso escolar, em detrimento da conclusão da educação básica, ainda que a CF de 1998 e a LDB nº9.394/1996 resguardassem as garantias e os direitos de aprendizagem.

A presente dissertação buscou, através de procedimentos qualitativos, compreender os fatores que fazem com que um jovem do Ensino Médio abandone os estudos, ainda que uma rede de procedimentos teóricos e metodológicos e de políticas públicas façam com que eles permaneçam na Instituição de Ensino.

A partir das análises realizadas, o principal motivo do abandono escolar Escola Estadual Frei Levino, no município de Monte Belo / MG foi a inserção no mundo do trabalho, principalmente para o auxílio na renda doméstica.

Dessa forma, o trabalho apresentou-se como o maior empecilho que fizesse com que esses jovens abandonassem os estudos, além de fatores extraescolares que também corroboraram para o agravamento do problema.

O PAE constituiu-se como um importante mecanismo de gestão democrática em parceria com outras instituições para a promoção da equidade social e igualdade educacional.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BATISTA, P. H. A.; CAMPOS, M. S. Precariedade e Trabalho Sazonal no Agronegócio: Trabalhadores sob o Contrato de Safra no Município de São Gotardo – MG. **Rev. Bras. Educ. Cult.**, São Gotardo, n. 8, p. 44-65, jul./dez. 2013. Disponível em:

<<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/viewFile/124/168>>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRAGA, L. M. G. **Ensino médio noturno: cenário de evasão e de exclusão**. 2009. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1921-8.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os art. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm#art2>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. **Projeto de Lei nº 6840/2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. Portaria Interministerial nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15069-pacto-dou-1-2&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 ago. 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o PNE e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. **Censo Escolar - Resultados e Resumos**. 2017a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm> Acesso em: 10 jan 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 ago. 2016.

CARVALHO, M. A. B. N. F. C. **Formação de professores em educação de adultos**. Estudo de caso: o ensino recorrente na escola secundária Rodrigues de Freitas. 2007. 488f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências da Educação, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2007.

CEZAR-FERREIRA, V. A. M. A pesquisa qualitativa como meio de produção de conhecimento em psicologia clínica, quanto a problemas que atingem a família. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 6, n.1, p. 81-95, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872004000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CORROCHANO, M. C. et al. **Jovens e trabalho no Brasil**: desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Ibi, 2008.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 115, n. 1, p. 139-54, 2002.

FERREIRA, V. C. P. **O planejamento e sua aplicação no contexto escolar**. 2017. Disponível em: <<http://www.ppgp3.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=4281>>. Acesso em: 20 jun. 2017. (Acesso restrito).

FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS. **Nota Pública Contra a Reforma do Ensino Médio**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2017. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Nota%20P%C3%BAblica%2>>

0Contra%20a%20Reforma%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio%20FEPEMG%20(2).pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GONÇALVES, L. R.; PASSOS, S. R. M. M. S; PASSOS, A. M. Novos rumos para o ensino médio noturno – como e por que fazer? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, p. 345-360, jul./set. 2005.

IBGE. **Monte Belo Panorama**. 2018a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/monte-belo/panorama>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. **Monte Belo Índice de Desenvolvimento Humano**. 2018b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/monte-belo/pesquisa/37/30255>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

INSTITUTO UNIBANCO. Quem são os jovens fora da escola. **Aprendizagem em foco**, [s. l.], n. 5, p. 1-4, fev. 2016. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Aprendizagem_em_foco-n.05.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil de hoje. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 44, p. 752-769, set./dez. 2011.

_____. **O Ensino Médio no Brasil**. São Paulo: Ática Educativa, 2009. (Em Questão, 6).

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

LEÃO, G. O que os jovens podem esperar da reforma do ensino médio brasileiro? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, p. 1-23, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e177494.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

MINAS GERAIS. Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45849&comp=&ano=2011>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

_____. Resolução nº 2197, de 26 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2017/02/resoluc3a7c3a3o-see-nc2ba-2-197-de-26-de-outubro-de-2012.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

_____. Resolução nº 2.442, de 7 de novembro de 2013. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://sreacaratinga.educacao.mg.gov.br/images/stories/designacao2014/resolucao-see-2442.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

_____. Resolução nº 2.842, de 13 de janeiro de 2016. Dispõe sobre o ensino médio nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2016a.

_____. Secretaria Extraordinária de Estado de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais. **Fóruns Regionais**. 2016b. Disponível em: <<http://desenvolvimento.mg.gov.br/pt/transparencia/page/1902-foruns-regionais>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. Resolução SEE nº 3205, de 26 dezembro de 2016. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a

designação para o exercício de função pública na Rede Estadual de Educação

Básica a partir de 2017 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2016c. Disponível em:

<<http://srecampobelo.educacao.mg.gov.br/images/resolucao-3205-26-12-2016.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. Secretaria de Educação. **Ensino Médio**. 2018. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/parceiro/editais-agricultura-familiar/page/17039-ensino-medio>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Sistema Mineiro de Administração Escolar**. s/d. Disponível em: <<http://monitoramento.caedufjf.net/#!/indicadores/rendimento-escolar/evasao?idInstituicao=31124516&idParticipante=2>> Acesso em: 08 set. 2017.

MINAYO, M. C. Z. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, M. N. M. Ensino médio no Brasil: determinações históricas. **Revista Publicatio**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 77-87, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/594/581>>. Acesso em: 21 set. 2017.

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Taxa de abandono nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental**. s/d. Disponível em: <<https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-fundamental/551-taxa-de-abandono-nos-anos-iniciais-e-finais-do-ensino-fundamental?filters=1,1431>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Meta 3 - Ensino Médio – Painel da meta**. 2018a. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/3-ensino-medio>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Meta 3 - Ensino Médio – Indicadores da Meta**. 2018b. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/3-ensino-medio/indicadores>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Sobre o Observatório do PNE.** 2018c. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/sobre-observatorio>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Meta 3 - Ensino Médio - Dossiê por localidade.** 2018d. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/3-ensino-medio/dossie-localidades>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **Meta 7 - Aprendizado adequado na idade certa – Painel da meta.** 2018e. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/7-aprendizado-adequado-fluxo-adequado>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

OLIVEIRA, A. S.; THUMS, A.; ALVES, K. I. **Evasão e abandono escolar:** do princípio da fuga ao caminho da permanência. In: FRISCH, R. (Org.). Ensino Médio: caminhos e descaminhos da evasão escolar. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 45-64.

PNUD [PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO]. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** Brasília: PNUD; Ipea; FJP, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SANTOS, M. J. C.; POUCHAIN, J. F. Evasão escolar no ensino médio noturno: um estudo de caso na escola de ensino fundamental e médio prof. Moreira de Carvalho. **Conhecer: deb. púb. priv.**, Itaperi, v. 1, n. 1, p. 295-329. 2011.

SARAIVA, A. M. A. Abandono escolar. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Org.). **DICIONÁRIO:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

SECRETARIA de Educação lança projeto “Virada Educação Minas Gerais”. **Iúpi**, Uberlândia, 21 jul. 2015. Disponível em: <<http://uiipi.com.br/destaques/destaque-2/2015/07/21/secretaria-de-educacao-lanca-projeto-virada-educacao-minas-gerais/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SILVA, L. A. F. **Possíveis influências dos projetos de intervenção realizados na Escola Estadual Antônio Martins do Espírito Santo nas taxas de abandono do ensino médio.** 2017. 141f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação) - Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

SOARES, T. F. et al. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015.

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. O ensino médio noturno: democratização e diversidade. **Educar**, Curitiba, n. 30, p. 53-72, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a05.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

SOUZA, J. L. Indicadores. **Desafios do Conhecimento**, Brasília, ano 5, n. 39, p. 64-65, 2008. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/desafios039_completa.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.

TAVARES, P. A.; SOUZA, A. P. F.; PONCZEK, V. P. Uma análise dos fatores associados à frequência ao ensino médio na educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 7-35, abr. 2014. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1549/1143>>. Acesso em: 30 out. 2018.

TOKARNIA, M. **Educação: Estudo mostra que 1,3 milhões de jovens de 15 a 17 anos abandonam a escola.** 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/13-milhao-de-jovens-entre-15-e-17-anos-abandonam-escola-diz-estudo>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ALUNO QUE ABANDONOU A ESCOLA

1 Informações Pessoais:

- a) Onde você mora?
- b) Onde você estudou o seu Ensino Fundamental (esta escola era próxima a sua casa? Fale-me um pouco sobre esta escola, seus amigos, como você chegava até a escola?)
- c) Alguma vez você deixou de frequentar a escola até o 9º ano? Reprovou?
- d) Quantos anos você tem? Quantas vezes você deixou de frequentar o Ensino Médio? Quantos anos você tinha nesta época?
- e) Conte-me como era sua rotina de trabalho, estudo, lazer, quando você abandonou os estudos, enfim como eram seus dias?
- f) E agora que você retornou à escola, você alterou alguma coisa em sua rotina? O que mudou?
- g) Há quanto tempo você está cursando o Ensino Médio?

2 Relação Familiar

- a) Com quem você mora? (conseguir informações que auxiliem na construção de um diagnóstico: quem é o responsável, em caso de entrevistado menor, quem ou quais são os provedores da casa). Você ajuda nas despesas de casa?
- b) E os seus pais (ou responsável: é necessário tato para esta pergunta, caso saiba que o entrevistado não tenha contato com os pais), o que eles disseram quando você decidiu deixar a escola?
- c) Você sabe até que série seus pais estudaram (ou responsáveis: é necessário tato para esta pergunta, caso saiba que o entrevistado não tenha contato com os pais)?
- d) Eles te incentivam a estudar?
- e) Você conversou com seus pais (ou responsáveis: é necessário tato para esta pergunta, caso saiba que o entrevistado não tenha contato com os pais) quando decidiu deixar a escola? Ou decidiu sozinho?

3 Relação com a escola

Vamos falar um pouco sobre a Escola Estadual Frei Levino

- a) O que você mais gostava na escola?
- b) O que você não gostava de jeito algum? (tentar desenvolver de modo a compreender se ele tinha dificuldades de relacionamento com outros alunos, professores e funcionários da escola, se sofreu bullying, se tinha dificuldades em alguma matéria em específico ou se reprovou e quantas vezes)

- c) Você considera que compreendia tudo o que os professores ensinavam?
- d) Como você se saía nas avaliações?
- e) Que tipo de contato você teve com a direção da escola?
- f) Que tipo de contato você teve com a supervisão escolar?
- g) Por que você deixou a escola? O que o(a) desmotivou?
- h) Agora que você retornou para a escola, o que podemos fazer para evitar que você desista novamente?
- i) Haveria algo que os professores pudessem ter feito para que você não deixasse a escola?
- j) A escola como um todo poderia ter feito algo para que você não deixasse de frequentar as aulas?
- k) Para você, o que seria uma escola ideal?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA ESCOLA ESTADUAL FREI LEVINO NO MUNICÍPIO DE MONTE BELO/MG”**. Nesta pesquisa pretendemos **discutir os altos índices de abandono escolar no Ensino Médio noturno na Escola Estadual Frei Levino, localizada em Monte Belo, no interior de Minas Gerais**. Os objetivos definidos para este estudo foram investigar as causas que fizeram com que a escola apresentasse taxas de abandono superiores as da Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas e as do estado de Minas Gerais no período de 2012 a 2016. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: a realização de **Entrevistas semiestruturadas** como instrumento para coleta de dados, que serão gravadas em áudio e transcritas, possibilitando o aprofundamento da análise dos dados coletados na pesquisa. A pesquisa contribuirá para analisar os múltiplos fatores, internos e externos à escola, que contribuem para o abandono, possibilitando a elaboração de um Plano de Ação Educacional, que tenha como objetivo propor estratégias para combater o problema.

Para participar deste estudo o Sr(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr(a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr(a) é atendido(a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Escola Estadual Frei Levino e a outra será fornecida ao Sr(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados no mesmo local acima indicado.

O (A) Sr(a) concorda que o material coletado possa ser utilizado em outros projetos do **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo assegurado que sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo**, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos?

(X) Sim ou () Não

Caso sua manifestação seja positiva, esta autorização poderá ser retirada a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

Eu, _____, portador (a) do RG _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “**O ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA ESCOLA ESTADUAL FREI LEVINO NO MUNICÍPIO DE MONTE BELO/MG**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Monte Belo, de _____ de 2018.

Nome	Assinatura participante	Data
Nome	Assinatura pesquisador	Data

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Helena Rivelli de Oliveira

Analista de Formação em EAD

Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública

Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

Unidade Dom Orione (32) 4009-9330 / 9322

www.mestrado.caedufjf.net